



UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA**

**MUSEOLOGIA VIRTUAL E CIBERMUSEOLOGIA:
estudo de caso de pesquisa- ação do Museu do Cerrado da UnB**

Joquebede Oliveira Teles da Silva

**Brasília
2020**

Joquebede Oliveira Teles da Silva

**MUSEOLOGIA VIRTUAL E CIBERMUSEOLOGIA:
estudo de caso de pesquisa- ação do Museu do Cerrado da UnB**

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em
Museologia.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Monique Batista
Magaldi.

Brasília
2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sm Silva, Joquebede Oliveira Teles da
MUSEOLOGIA VIRTUAL E CIBERMUSEOLOGIA: estudo de caso de
pesquisa- ação do Museu do Cerrado da UnB / Joquebede
Oliveira Teles da Silva; orientador Monique Batista Magaldi
. -- Brasília, 2020.
104 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de
Brasília, 2020.

1. Museologia Virtual. 2. Cibermuseologia. 3.
Virtualização. 4. Plano Museológico. 5. Museu do Cerrado. I.
Magaldi , Monique Batista, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

“ MUSEOLOGIA VIRTUAL E CIBERMUSEOLOGIA: estudo de caso de pesquisa-ação do Museu do Cerrado da UnB.”

Aluna: Joquebede Oliveira Teles da Silva

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:

Monique Batista Magaldi– Suplente
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em Ciência da Informação - UnB

Rose Moreira Miranda – Membro
Instituto Brasileiro de Museus (Museóloga IBraM)
Doutora em Museologia Social pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Lisboa
Portugal

Ana Lúcia de Abreu Gomes- Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em História Cultural - UnB

Clovis Carvalho Britto– Suplente
Professor da Universidade de Brasília (UnB)
Pós-Doutor em Estudos Culturais/UFRJ

Brasília, 24 de março de 2020.

Em 12/12/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Batista Magaldi, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 15/12/2020, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 15/12/2020, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rose Moreira de Miranda, Usuário Externo**, em 15/12/2020, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6083090** e o código CRC **E6957D45**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela dádiva da vida e a graça de vivê-la a cada dia. Agradeço imensamente, em seguida, a meu dedicado e companheiro pai, Cosme Teles da Silva, minha amorosa e companheira mãe, Anirane Oliveira Teles da Silva, e a minha companheira e doce irmã Natália Oliveira Teles da Silva, que sempre me apoiaram e incentivaram em todas as decisões, lutaram comigo nas mais diversas batalhas e puxaram minha orelha quando necessário. Amo vocês mil milhões, família.

Não posso deixar de fora meus amigos de curso Filomena Rita, Rogelia Cristiane e Gustavo Lopes, que desde o começo da graduação foram parceir@x na construção de conhecimento e nos SS's, MM's, MM's e, graças a Deus, não nos MI's. Vocês também fazem parte deste momento. Agradeço também às minhas amadas amigas de vida Dyana Helena, Ana Carolina – minha mana de outra mãe – e a sempre alegre Giovanna Furtado.

Como aluna que está formando em umas das melhores universidades do país, onde não se faz só “balbúrdia”, mas, também, pesquisa, inovação e mudança social, agradeço à Universidade de Brasília por sempre prezar pela excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, e, conseqüentemente, formar profissionais engajados na mudança política, econômica e social do Brasil.

Como não agradecer imensamente à professora Monique Batista Magaldi? Ela, que além de orientar-me brilhantemente e pacientemente nesse processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso, foi parceira e solícita na idealização de diversos projetos na Universidade de Brasília.

E por fim, se eu cheguei até aqui foi porque muitas outras mulheres negras, mulheres cis e trans, mulheres periféricas, mulheres que vieram antes de mim e lutaram e persistiram para que nós possamos ocupar esses espaços hoje. Minha gratidão a todas as mulheres que vieram antes, que estão no tempo presente e as que ainda virão e que lutam e vão lutar pela equidade entre as raças, gêneros, sexualidades e classes. Respeito e gratidão

RESUMO

Seria importante questionar se a Museologia está adequando os seus estudos teóricos, ações e processos às demandas contemporâneas das novas instituições museais, a fim de colocar-se em seu tempo, especialmente no que diz respeito à virtualização dos museus e suas coleções? Nesse cenário, a presente pesquisa advém do exercício de pensar e refletir sobre as concepções, conceitos, definições e lacunas referentes ao campo museológico e aos museus virtuais no cenário brasileiro, com o objetivo geral de analisar como o Plano Museológico pode ser aplicado, no caso dos museus virtuais, enquanto metodologia de análise, plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia. A fim de alcançar tal objetivo, a pesquisa – de natureza exploratória, com fundamentação teórica em conceitos museológicos – dispôs de uma abordagem do tipo quali-quantitativa a partir dos dados coletados acerca dos 36 museus virtuais listados na plataforma Museusbr. Nessa abordagem, trouxemos por meio de nossa ótica o atual estado da arte desses 36 museus, analisando em cada um a existência ou não de três grupos de ação, a saber: pesquisa/ investigação, conservação/ preservação/ salvaguarda/ e comunicação/ exposição. Realizamos, ainda, um estudo de caso no Museu do Cerrado, um museu virtual da Universidade de Brasília, com o emprego da metodologia de pesquisa-ação. No estudo de caso, utilizou-se o plano museológico como plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia. Dentre as principais questões observadas esteve a necessidade de aprimoramento de técnicas, abordagens e conceitos no que diz respeito aos museus virtuais.

Palavras-chave: Museologia. Cibermuseologia. Museu Virtual. Política pública. Plano Museológico. Museu do Cerrado.

RESUMEN

Este trabajo resulta del ejercicio de pensar y reflexionar sobre las concepciones, conceptos, definiciones y huecos existentes en el campo museológico con relación a los museos virtuales en Brasil. El objetivo general consistió en analizar cómo el plan museológico – una herramienta de gestión regulada por la ley brasileña y obligatoria a los museos – se puede aplicar al caso de los museos virtuales a modo de metodología de análisis, plataforma de observación y guía de uso de las técnicas de la Museología. Para alcanzar dicho objetivo, la investigación – de naturaleza exploratoria, con fundamentación teórica en conceptos museológicos – se dispuso de un abordaje cuali-cuantitativo a partir de los datos tomados sobre los 36 museos virtuales listados en la plataforma Museusbr. Con ese abordaje, mostramos el estado actual de esos museos, analizando en cada uno la existencia o inexistencia de tipos de acción: investigación, conservación y comunicación. Estudiamos, además, el caso del Museo del Cerrado (Museu do Cerrado), un museo virtual de la Universidad de Brasilia. En ese estudio de caso, empleamos la metodología de investigación-acción, partiendo de los componentes obligatorios del plan museológico. Entre las principales cuestiones observadas estuvo la necesidad de perfeccionar técnicas, abordajes y conceptos relativos a esa tipología de museo.

Palabras-clave: Museología. Cibermuseología. Museo Virtual. Política pública. Plan Museológico. Museu do Cerrado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação	15
Figura 2 – Ações executadas ou não pelos museus virtuais brasileiros em atividade.....	52
Figura 3 – Museus que executam as 3 ações X Museus que não executam concomitantemente as 3 ações.	53
Figura 4 – #MUSEUdeMEMES	56
Figura 5 – Página inicial do Museu do Cerrado	59
Figura 6 – Organograma do Museu do Cerrado	67
Figura 7 – Sugestão de organização do Museu do Cerrado	68

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Quantidade de cada ação nos museus virtuais brasileiros.....	50
Quadro 1 – Quadro Geral da Disciplina Museologia, estrutura definida no âmbito do Icofom/Icom em 1983.....	31
Quadro 2 – A escala do virtual do sentido mais fraco para o mais forte.....	34
Quadro 3 – Novas formas de manifestação do Museu.....	38
Quadro 4 – Estado da arte dos museus virtuais brasileiros acerca da execução das ações de Pesquisa, Conservação/Salv guarda e Comunicação/Exposição	47
Quadro 5 – Análise SWOT para o Museu do Cerrado	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CPMUS	Coordenação do Patrimônio Museológico
DAS	Grupo-Direção e Assessoramento Superiores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional de Museologia
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IFLA/UNESCO	International Finance and Leasing Association/ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
MEC	Ministério da Educação
NBR ISO/IEC	Requisitos Gerais para Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração
PEAC	Projeto de Extensão de Ação Contínua
PIBEX	Programa de Institucionalização de Bolsas de Extensão
PNAD CONTÍNUA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNM	Política Nacional de Museus
RM	Registro de Museus
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SWOT	Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos e justificativa	13
1.2 Procedimentos metodológicos	14
1.3 Revisão de literatura	16
2 A RELAÇÃO ENTRE MUSEU, MUSEOLOGIA, VIRTUAL, PROCESSO MUSEOLÓGICO E POLÍTICAS PÚBLICAS	21
2.1 Um breve histórico sobre os museus e as políticas públicas no Brasil para o campo museal	21
2.2 Políticas públicas para museus no Brasil: breve panorama	25
2.3 Museologia: como o debate tem se delineado?	29
2.4 Museu Virtual	33
2.4.1 Museus virtuais brasileiros	39
2.5 Processo Museológico	43
3 OS USOS DA INTERNET, OS MUSEUS VIRTUAIS BRASILEIROS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES A PARTIR DE ALGUNS DADOS.	45
3.1 Museu Virtual x Processo Museológico	54
4 ESTUDOS DE CASO: PENSANDO A GESTÃO PARA APLICAÇÕES SOCIAIS – MUSEU DO CERRADO	58
4.1.1 Caracterização do Museu do Cerrado: histórico, descrição da instituição e atuação do museu.	59
4.1.1.1 Histórico, descrição da instituição e atuação do museu.	60
4.2 O Plano Museológico como plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia.	61
4.1.2 Institucional	62
4.1.2.1 Missão do Museu do Cerrado	62
4.1.2.2 Valores	63
4.1.2.3 Momento Atual	63
4.1.2.4 Diagnóstico: Análise do ambiente externo e interno	65

4.1.2.4	Objetivos Estratégicos	66
4.1.3	Gestão de Pessoas	67
4.1.4	Acervos	69
4.1.5	Exposições	71
4.1.6	Educativo e Cultural	72
4.1.7	Pesquisa	73
4.1.8	Arquitetônico-urbanístico	74
4.1.9	Segurança	75
4.1.10	Financiamento e Fomento	76
4.1.11	Comunicação	77
4.1.12	Acessibilidade a todas as pessoas	78
4.1.13	Sócio-ambiental	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	85
	APÊNDICE A – Entrevista com a Prof. ^a Rosângela Corrêa	91

1 INTRODUÇÃO

[Na internet] O museu virtual é um espaço virtual de mediação e de relação do patrimônio com o seu público. É um museu paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado patrimônio

(HENRIQUES, 2004: 67).

A presente pesquisa advém do exercício de pensar e refletir sobre as concepções, conceitos, definições e lacunas referentes ao campo museológico e os museus virtuais no cenário brasileiro. É igualmente importante lembrar que, no transcorrer da graduação em Museologia, desenvolvi o artigo “O Museu e a Web 2.0: os desafios dos museus do Distrito Federal”, por intermédio do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília, da participação no PEAC Museologia Virtual e no Cultura Lab, o laboratório de processos museológicos do Curso de Museologia. A partir de tais experiências, tive a oportunidade de observar a complexidade de executar ações e processos museológicos no contexto dos museus virtuais brasileiros.

Para além de um repositório¹ de áudios, fotos e vídeos, no âmbito do ciberespaço², o museu virtual seria um museu completamente novo, concebido para manifestar ações museológicas no espaço virtual, não sendo meramente a reprodução de um museu de pedra e cal³. Nesse cenário, o presente trabalho tem como tema a museologia virtual e a cibermuseologia, a partir de estudos baseados na virtualização da instituição museu. O problema de pesquisa parte da questão:

¹ Para o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) repositórios são: “Os repositórios digitais (RDs) são bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição. Os RDs podem ser institucionais ou temáticos. Os repositórios institucionais lidam com a produção científica de uma determinada instituição. Os repositórios temáticos com a produção científica de uma determinada área, sem limites institucionais” (IBICT, 2018, p.1).

² “Ciberespaço seria ‘uma representação física e multidimensional do universo abstrato da ‘informação’ [...] Um lugar para onde se vai com a mente, catapultada pela tecnologia[...]” (MAGALDI, 2010, p. 105).

³ Museu de “pedra e cal” é um termo usado quando refere-se a patrimônios e bens concretos, com ênfase em edificações, termo usado pelo ministro Capanema e Rodrigo Melo Franco de Andrade na década de 1930.

como o campo museológico tem-se adaptado aos estudos, práticas e técnicas acerca da virtualização da instituição museu?

O objetivo geral da pesquisa, por sua vez, foi analisar como o Plano Museológico pode ser aplicado, no âmbito dos museus virtuais, enquanto metodologia de análise, plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia.

Os museus virtuais trazem consigo infinitas potencialidades de ações museológicas, visto que, pautando-se no conceito do “fenômeno museu”⁴ de Teresa Cristina Scheiner (1999), os museus são livres e diversos, podendo existir em qualquer tempo e espaço, de diferentes formas. Desse modo, os museus virtuais podem fazer uso tanto do meio eletrônico, através da Internet, quanto se manifestar em outros ambientes que poderão ser entendidos como virtuais, possibilidades futuras que dependem das tecnologias ou entendimentos teóricos e filosóficos do que pode ser virtual. Os museus, então, não estão mais restritos a edifícios, nem têm os objetos materiais como única possibilidade de acervo⁵.

Museus virtuais, que se manifestam por meio da Internet, vêm para atender a demandas nacionais e globais de usuários e potenciais visitantes dos museus que fazem uso da rede para buscar e consumir informações, bem como se comunicar por meio dela.

Nesta pesquisa, trabalhamos com os museus virtuais que fazem uso da Internet para se manifestarem. Assim, enquanto uma forma de colocar-se na contemporaneidade e adequar-se às demandas do tempo vigente, os museus virtuais fazem uso da Internet⁶, enquanto ferramenta amplamente usada na atualidade.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a perspectiva aqui trabalhada entende que nos museus virtuais existem processos museológicos, tal como também podem existir para além dos museus. Todavia, a facilidade em criar álbuns

⁴ Conceito de “museu fenômeno” de Teresa Cristina Scheiner (1999).

⁵ Os acervos podem ser materiais, imateriais, naturais, digitais e/ou virtuais.

⁶ “Internet: Rede mundial que, pela troca virtual de dados e mensagens, une computadores particulares, organizações de pesquisa, institutos de cultura, institutos militares, bibliotecas, corporações de todos os tamanhos; rede mundial de computadores. Etimologia (origem da palavra *internet*). Do inglês Internet” (INTERNET, 2020).

de fotos na Internet e chamá-los de museus aponta para a possibilidade de uma efemeridade destas instituições, que têm o carácter de permanência muito fluido.

Explicamos que os processos museológicos podem ser realizados nos museus ou em outros espaços não museais. Citamos como exemplo os processos museológicos em espaços resultantes de projetos, ações e/ou pesquisas baseados em estudos práticos e teóricos do Campo da Museologia, sem acervos ou ações de comunicação e preservação. Esses espaços podem ser compreendidos enquanto espaços museológicos, não museais, que usam, porém, fundamentos práticos e teóricos do campo museológico.

Contudo, museus virtuais que não têm acervos definidos ou ações de comunicação, preservação e pesquisa enquanto parte da sua dinâmica não se adequariam ao entendimento atual de museu, distanciando-se também da definição existente na Lei 11904 de 2009 (BRASIL, 2009), no Decreto 8.124 de 2013 (BRASIL, 2013) e da definição de museus do ICOMe 2019⁷. Desse modo, poderiam os museus virtuais que não possuem acervos definidos serem reclassificados por instituições responsáveis, por exemplo, por editais de fomento e políticas públicas para o campo dos museus? Tal pergunta não teria, no atual cenário museal e político, uma resposta definitiva.

Por sua vez, podemos listar outras questões relacionadas ao tema, como: todos os museus virtuais seriam museus, independente das normativas e legislação vigente? Quem pode dizer que algo é ou não é museu? Não sendo museu, quem tem o poder de extinguir a instituição? Os museus virtuais que não têm ações de comunicação, conservação e/ou pesquisa poderiam ser reclassificados e perder o enquadramento enquanto instituições museais segundo os critérios de instituições ou autarquias responsáveis por fomentos e políticas públicas voltadas a museus? Todas essas questões devem ser consideradas quando o tema são os museus virtuais, especialmente os eletrônicos ou que se manifestam na Internet.

⁷ Definição de Museu do ICOM- 2019: “Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes; trabalham em parceria activa com e para comunidades diversas na recolha, conservação, investigação, interpretação, exposição e aprofundamento dos vários entendimentos do mundo, com o objectivo de contribuir para a dignidade humana e para a justiça social, a igualdade global e o bem-estar planetário” (ICOM, 2019, p.1).

1.1 Objetivos e justificativa

Seria importante, então, questionar se a Museologia está adequando os seus estudos teóricos ações e processos às demandas contemporâneas das novas instituições museais, a fim de colocar-se em seu tempo, especialmente no que diz respeito à virtualização dos museus e suas coleções?

Partindo dessa questão, este trabalho tem como objetivo geral analisar como o plano museológico pode ser aplicado, no âmbito dos museus virtuais, enquanto metodologia de análise, plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia, basendo-se, para tanto, em um estudo conceitual, levantamento de dados e análise dos resultados.

Para atingir tal objetivo, desenvolvemos um breve estudo conceitual a partir dos temas “museu”, “museologia”, “museu virtual”, “virtual” e “processos museológicos”, a fim compreender como se tem debatido a relação da museologia e da cibermuseologia no âmbito dos museus virtuais brasileiros.

Nesse contexto, e a partir de alguns dados, apresentaremos um panorama e reflexões entre os usos da Internet, os museus virtuais brasileiros e as políticas públicas. Por fim, com o objetivo de aplicar as reflexões trazidas, faremos estudos de caso comparativos: pensando a gestão para aplicações sociais, com o propósito de analisar como as metodologias e técnicas do campo da Museologia podem ser aplicadas no âmbito dos museus virtuais.

Posto esse cenário, o presente estudo se justifica visto que a proposta de aplicar, a um museu virtual, as diretrizes de criação de Plano Museológico vigentes ainda é algo pouco estudado na área museológica no âmbito dos museus virtuais, por ser uma nova tipologia de museu, surgida recentemente no Brasil, a partir de 1990.

1.2 Procedimentos metodológicos

O presente estudo caracteriza-se como exploratório⁸, com fundamentação teórica acerca de conceitos museológicos. Inicialmente, na etapa de apresentação dos dados, dispusemos de uma abordagem do tipo quali-quantitativa. Em seguida, utilizou-se a metodologia de pesquisa-ação no Museu do Cerrado, com intuito de aplicar os conceitos e técnicas museológicas estudados, bem como os resultados dessa abordagem quali-quantitativa.

Os dados coletados de forma exploratória, acerca de 36 museus virtuais brasileiros, foram analisados e apresentados de forma qualitativa e quantitativa, demonstrando um panorama do “estado da arte” dos museus virtuais brasileiros, que foram observados a partir dos conceitos de museu do ICOM (2005) e das legislações brasileiras acerca dos museus. Na pesquisa, nós nos limitaremos a apresentar o estado atual da arte dos museus virtuais brasileiros, e não na proposição de possíveis soluções para as questões identificadas no decorrer da pesquisa.

A escolha dos museus para análise se deu na seleção dos 36 museus virtuais brasileiros listados na plataforma *Museusbr* do Instituto Brasileiro de Museus, a maior plataforma de informações sobre os museus brasileiros. O sistema, que gera planilhas por meio de filtros e cruzamentos, é capaz de fornecer dados sobre diferentes tipologias de museus: de Arte, de História, de Ciências, de Antropologia, Museus Comunitários, de Território, Virtuais e outros das mais variadas temáticas. Para o capítulo 2 desta pesquisa, a coleta de dados da pesquisa e o estudo se deu unicamente nos *web endereços* dos museus virtuais registrados nessa plataforma no período de 02 a 28 de junho de 2019.

O procedimento metodológico usado para a demonstração dos resultados da pesquisa quali-quantitativa é um misto de duas metodologias, a qualitativa e a quantitativa. Para Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira, a pesquisa qualitativa “tenta compreender a totalidade do fenômeno, mais do que focalizar

⁸ A pesquisa exploratória pode se dividir em 3 etapas, sendo estas: na primeira etapa, a abordagem da pesquisa funciona a partir de uma ou mais questões iniciais. Na segunda, dar-se-á a investigação/exploração do tema, pela revisão de literatura e coleta de dados de forma exploratória. A terceira etapa, por sua vez, relaciona-se diretamente às questões iniciais da etapa 1. A exploração do tema, feita na etapa 2, contribuirá para a elaboração da problemática na etapa 3, em que a revisão de leitura e a coleta de dados efetuados darão aporte teórico à avaliação de pertinência e adequação do problema elaborado (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1995).

conceitos específicos” (2009, p.34) enquanto, para as mesmas autoras, o tipo quantitativo “focaliza uma quantidade pequena de conceitos e enfatiza a objetividade, na coleta e análise dos dados” (2009, p.34). Desta maneira, a pesquisa quali-quanti envolve a coexistência de interpretação qualitativa e quantitativa dos dados.

Quanto às análises qualitativas, foi feita uma interpretação dos dados coletados, baseando-se e relacionando-os com a revisão de literatura. Na parte quantitativa há uma demonstração numérica dos dados, que foram tabulados e representados em gráficos por meio do *software* Excel.

Como se escolheu, além disso, um museu virtual para o estudo de caso, empregamos a metodologia de pesquisa-ação para planejar, agir e avaliar constantemente nossas ações e processos em parceria com a equipe do museu, como apresenta David Tripp (2005) no diagrama reproduzido na figura 1:

Figura 1 - Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação.



Fonte: David Tripp⁹.

O estudo de caso baseou-se em uma instituição museal virtual, o Museu do Cerrado¹⁰, analisado a partir de observações e reflexões pautadas em estudos conceituais e normativos, baseados em legislações vigentes. Igualmente, foram coletados dados durante a pesquisa sobre a instituição. O Museu do Cerrado da

⁹ TRIPP, 2005, p. 444.

¹⁰ O Museu do Cerrado é um museu universitário virtual, desenvolvido por professores da faculdade de educação da Universidade de Brasília - UnB (informações disponíveis em: <https://museucerrado.com.br/>).

UnB, mesmo não constando no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus (CNM/Ibram) – o que inclui não estar presente na base Museusbr o Ibram –, foi escolhido por ser uma instituição museal da Universidade de Brasília, conformada como projeto de extensão voltado a reflexões e ações que estimulem a preservação do cerrado.

Durante o segundo semestre de 2019, desenvolvi ações junto ao referido museu, auxiliando nas atividades de divulgação, na organização do repositório e da base online do acervo museológico da instituição, ainda em fase em construção. A proposta desta pesquisa foi, a partir de normativas e da legislação vigente, utilizar o plano museológico enquanto metodologia de análise que auxilie na compreensão das aproximações e distanciamentos daqueles que podem ser entendidos como museus virtuais e/ou processos museológicos.

1.3 Revisão de literatura

No presente trabalho, buscando entender como os museus virtuais brasileiros vêm sendo estudados, desenvolvidos e definidos como instituições museais, pesquisamos em três bases de periódicos científicos, revisados por pares em português¹¹: Portal de periódicos da CAPES/MEC¹²; SciELO – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica On-line)¹³; e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁴. Nestas três bases, inserimos na

¹¹ Selecionamos essas três bases de periódicos científicos pela relevância e credibilidade nacional, assim como pela elevada quantidade de produções científicas disponíveis *online* para consulta.

¹² O Portal de Periódicos da Capes/MEC: “O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional”. Disponível em: <<https://www.periodicos.capes.gov.br/>>.

¹³ “A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. A SciELO é o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico”. Disponível em: <<https://scielo.org/pt>>.

¹⁴ “O Ibram desenvolveu e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, e também estimula o registro e a publicação de teses e dissertações em meio eletrônico. A BDTD, em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de C&T publique e difunda suas teses e dissertações produzidas no País e

busca avançada¹⁵ os termos “museus virtuais” e “museu virtual” com o propósito de obter um panorama acerca dos museus virtuais no Brasil.

Primeiramente, consultamos o Portal de periódicos da CAPES/MEC. Aplicando a referida metodologia, foram identificados dez autores que trabalham com a temática referente a museus virtuais, e que produziram, no total, seis artigos científicos¹⁶. Os autores foram: Daniel Mill, Jorge Luiz Pierobon , Robson da Silva Teixeira , Rodrigo Otávio Lopes de Souza, Camila Nataly Pinho Dumbra, Eucidio Pimenta Arruda , Cesar Eugenio Macedo de Almeida Martin , Renata Maria Abrantes Porto Baracho e Aline Hernandez .

Na base SciELO – Scientific Electronic Library Online, utilizando-se a mesma metodologia, foram identificadas duas produções científicas e quatro autores, a saber: Robson da Silva Teixeira , Inês Cavadas de Oliveirq, Helena Rebelo de Andrade e José Pereira Miguel.

Por fim, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por meio da mesma metodologia, foram localizadas cinco produções a respeito do tema “museus virtuais”, de cinco autores distintos, a saber: Eline Faliene de Araujo Welter , Bruno Cesar Rodrigues , Roberto Sanches de Padua e Cintia Aparecida Chagas Arreguy , posto que, um mesmo autor pode ter produzido mais de um periódico ou em conjunto com outro autor .

Portanto, como balanço das três bases, tem-se que as produções científicas consistiram em artigos, teses e dissertações dos autores Daniel Mill, Jorge Luiz Pierobon , Robson da Silva Teixeira, Rodrigo Otávio Lopes de Souza , Camila Nataly Pinho Dumbra , Eucidio Pimenta Arruda , Cesar Eugenio Macedo de Almeida Martin, Renata Maria Abrantes Porto Baracho, Aline Hernandez , Robson da Silva Teixeira , Inês Cavadas de Oliveira , Helena Rebelo de Andrade , José Pereira Miguel , Eline Faliene de Araujo Welter, Bruno Cesar Rodrigues , Roberto Sanches de Padua e Cintia Aparecida Chagas Arreguy ¹⁷.

Com base nesses textos, bem como em autores que trabalham os museus de uma forma mais ampla, para além daqueles de “pedra e cal”, procuramos entender

no exterior, dando maior visibilidade à produção científica nacional”. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>.

¹⁵ Como metodologia utilizamos a busca avançada, a qual nos permite buscar dois termos ou mais ao mesmo tempo, com a aplicação do conectivo “OR”.

¹⁶ O número de artigos é inferior devido aos artigos frequentemente publicados em conjunto.

¹⁷ Trabalhos de um mesmo autor, por vezes, apareceram em bases diferentes,

como se dispõe o panorama do cenário atual quanto ao estudo dos museus virtuais brasileiros. Para tanto, utilizamos, inicialmente, a definição do termo “museu virtual” de Andrews (1999), que define ser o museu virtual

[...] uma coleção logicamente relacionada de objetos digitais compostos de variados suportes que, em função de sua capacidade de proporcionar conectividade e vários pontos de acesso, possibilita lhe transcender métodos tradicionais de comunicar e interagir com visitantes...; não há lugar ou espaço físico, seus objetos e as informações relacionadas podem ser disseminados em todo o mundo (ANDREWS,1998, p. 19 *apud* CARVALHO,p. 84, 2008).

O autor aponta o museu virtual como uma instituição que transcende a concepção tradicional de museu, que é fortemente ligado ao meio físico e à materialidade dos objetos, além de ser um museu que possibilita a disseminação mundial de um patrimônio por meio da Internet.

Já segundo Teixeira e Souza (2018, p. 181), os museus virtuais são um “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e da memória dos computadores”, complementando a definição de Andrews(1998), ao apontar o museu virtual como uma instituição ligada a um conjunto de sistemas de informação e comunicação intrínsecos ao ciberespaço, que viabiliza o transpassar de barreiras físicas, de tempo e espaço.

Da mesma maneira que Teixeira e Souza (2018), Martins e Baracho (2019) refletem sobre as potencialidades e a definição de museu virtual. Os autores defendem que os museus virtuais são espaços mais democráticos, que podem ultrapassar as limitações dos espaços museológicos de “pedra e cal”. Eles, ainda, apresentam uma nova percepção da relevância dos museus virtuais, visto que esses, em sua gênese, por nascerem na era digital, evocam o anseio de facilitar o acesso à informação, pesquisa e comunicação do acervo museal, com pode-se observar a seguir:

Assim, ultrapassando as limitações impostas do espaço museológico físico/tradicional, os ambiente virtuais se constituem como possibilidades de informação, pesquisa e interação (MARTINS; SILVA; DO CARMO, 2018), oferecendo de forma democrática conteúdos simétricos à cultura, à tecnologia, às ciências, enfim, conhecimentos de interesse público. Entende-se que os museus devem buscar se adequar às expectativas e demandas deste novo público oxigenando por uma nova forma de acesso às informações. (MARTINS; BARACHO, 2019, p. 143).

Nessa perspectiva, pensar uma instituição museal como virtual não delimita suas perspectivas de ações museológicas e possibilidades de interação com os

visitantes, visto que elas têm a capacidade de alcançar e transformar indivíduos em profusos lugares e tempo, como explica Magaldi:

[...] o que interessa não é o rótulo ou a categoria em que se insere cada museu, mas a sua relação com o movimento, o processo, a criatividade, a mudança. Mais que classificar, é importante compreender esses novos museus, chamados 'virtuais', como ambientes de plena transformação: exemplos da potência que tem o Museu de apresentar-se como "um evento, um acontecimento, uma eclosão da mente ou dos sentidos, (...) instância de presentificação dos novos modos pelos quais o homem vê o mundo" (MAGALDI, 2010, p. 168).

Por essa ótica, de estudar e propor novas possibilidades aos museus, entendemos os meios 'virtuais' como ambientes de plena transformação. Rita de Cassia Maia¹⁸ (2014) destaca a potencialidade dos museus virtuais enquanto instituições museais que fazem uso da ferramenta Internet como meio de manifestação:

As ferramentas digitais ampliam a difusão de informações e possibilitem a interação com diversos tipos de público nos processos museológicos de conservação, documentação, exposição e interpretação dos acervos disponibilizados, atendendo às expectativas da museologia contemporânea, mais voltada para a promoção da autonomia dos diversos tipos de grupos culturais ou artísticos (SILVA, 2014, p. 672).

Nesse contexto, pretende-se com este trabalho contribuir para os estudos da área da museologia virtual e buscar aperfeiçoar a aplicabilidade das diretrizes do Plano Museológico vigente aos museus virtuais, dado que a virtualidade manifestada por meio da internet é outra possibilidade de manifestação dos museus, muito crescente na contemporaneidade.

Para que os objetivos desta pesquisa fossem alcançados, o presente trabalho foi dividido em:

2 A relação entre Museu, Museologia, Virtual, Processo museológico e Políticas Públicas, que apresenta um breve histórico sobre os museus e as políticas públicas no Brasil para o campo museal; as políticas públicas para museus no Brasil; delineamentos importantes sobre a Museologia nesse contexto; definições e conceitos sobre museu virtual; apresentação sobre os Museus virtuais brasileiros e, também, o que seria o Processo Museológico.

3 Os usos da internet, os museus virtuais brasileiros e as políticas públicas: reflexões a partir de alguns dados, em que, refletindo a partir dos dados coletados no site Museusbr, apresentamos levantamentos que apontam para um "estado da

¹⁸ SILVA, 2014.

arte” dos museus virtuais brasileiros, além de identificar possíveis metodologias, técnicas e legislações voltadas ao gerenciamento dos museus brasileiros, especialmente no que diz respeito aos museus virtuais, a partir do campo da Museologia. Para tanto, a fim de aprofundar a pesquisa, selecionou-se o Museu do Cerrado da Universidade de Brasília.

4 *Estudos de caso: pensando a gestão para aplicações sociais – Museu do Cerrado*, em que se apresenta o estudo de caso, feito por meio de metodologia pesquisa-ação, sobre o referido museu.

2 A RELAÇÃO ENTRE MUSEU, MUSEOLOGIA, VIRTUAL, PROCESSO MUSEOLÓGICO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, apresentaremos um estudo conceitual dos temas Museu, Museologia, Virtual, Processo museológico e Políticas Públicas. Os referidos conceitos estão intrinsecamente ligados à proposta de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso, cuja proposta é estudar e aplicar os conceitos considerados relevantes para o recorte da pesquisa. Antes de fazê-lo, entretanto, convém lembrar a origem dos museus para que possamos compreender o cenário que se descortina para o campo da Museologia, especialmente no que diz respeito à efemeridade dos museus virtuais eletrônicos, de permanência, por vezes, abreviada. Isso será feito na primeira seção do capítulo

2.1 Um breve histórico sobre os museus e as políticas públicas no Brasil para o campo museal

O vocábulo “museu” tem origem no latim. Advindo de “museum”, palavra essa que deriva do grego “mouseion”, que, por sua vez “designa lugar sagrado dedicado às musas, companheiras de Apolo, protetoras das artes, sendo ou não este lugar um templo no sentido clássico” (SOARES, 2008, p. 19). Ainda segundo o autor,

É a partir da influência de Demétrio, co-discípulo de Teofrasto, que é criado o Mouseion de Alexandria, em cerca de 306 a. C., instituído por Ptolomeu Sôter, rei do Egito. Era, na verdade, um espaço que reunia diversos prédios onde sábios se dedicavam exclusivamente ao estudo. Este complexo, entretanto, não consistia num ‘museu’ no sentido moderno da palavra. Mas o termo, entre as variações semânticas que apresentou nos 1500 anos que se seguiram, aparece no século XV, na sua forma latina (museum) e italiana (museo) para se referir a coleções (SOARES, 2008, p. 19).

Como evidenciado por Bruno Brulon em sua dissertação de mestrado (SOARES, 2008, p. 20), a construção da noção de “museu” está intrinsecamente ligada à matriz de pensamento europeia, noção essa que se propagou por quase todo o mundo.

Nesse cenário, uma das primeiras coleções relativas a esse conceito de museu é datada entre os séculos VI e VII, na Antiguidade, ligada aos reis do Império Neobabilônico. Essas coleções eram concebidas com o objetivo de exibir as riquezas, bem como simbolizar o poder desses reis. Para além da estima que as coleções traziam, a Grécia possuía coleções de conotação religiosa, possuindo cada

cidade grega um santuário de “tesouros inacessíveis”, para a guarda dessas coleções.

A apreciação pelo luxo e a crescente afeição pelo passado clássico culminaram na reprodução de obras clássicas durante o Helenismo, constituindo, desse modo, valiosas coleções. Os tesouros dos mosteiros e igrejas eram tidos como obras de arte religiosas na Idade Média e esses eram mostrados ao público em ocasiões raras. Depois de uma crescente apreciação pela arte dos diversos estilos, formação de incontáveis coleções e a gradativa formação de público que buscava contemplar essas coleções, a Europa Medieval viveu um turbulento período cultural. Passado esse período turbulento, tem-se o Renascimento ¹⁹, que proporcionou um extenso período de produtividade artística e valorização das obras de artes. Foi nesse momento da história que se desenvolveu o modelo clássico de museu.

O modelo de museu clássico está intrinsecamente ligado aos pilares do museu tradicional, constituído pela tríade edifício, coleção e público. Entretanto, ao longo do tempo, o conceito de museu vem se adaptando e transformando, se colocando em seu tempo.

No livro “Museu e Museologia”, Dominique Poulot destaca que nos anos 90 o conceito de museu sofreu inúmeras revisões. O autor destaca, sobretudo, a definição de Tomislav Sola:

Os anos de 1990 conheceram uma série de revisão que marcaram a ausência de identificação evidente de museu, assim como de museologia, contrariamente às certezas da geração precedente. Em 1997, um dos museólogos europeus “clássicos”, Tomislav Sola, propõe a seguinte definição de museu: “Um museu é uma organização sem fins lucrativo que coleciona, analisa, reserva e apresenta objetos pertencentes ao patrimônio natural e cultural de maneira a aumentar a quantidade e a qualidade dos conhecimentos. Um museu deve divertir seus visitantes e ajudá-los a se distrair. Utilizando argumentos científicos e uma linguagem moderna, ele deve ajudar os visitantes a compreender a experiência do passado. Em uma relação mútua com seus usuários, ele deve encontrar nas experiências do passado a sabedoria necessária para o presente e o futuro” (POULOT, 2013, p. 20).

A definição de museu de Tomislav Sola, destacada por Poulot, apresenta o museu como uma instituição voltada para suas coleções materiais e ações voltadas para o aumento do público na instituição museal.

¹⁹ Renascimento: movimento de ordem artística, cultural e científica que se deflagrou na passagem da Idade Média para a Moderna (SOUSA, 2019).

Já no ano de 2005, na cidade de Calgary, Canadá, tem-se a definição de museu apresentada ao Conselho Internacional de Museus (ICOM)²⁰ pelo Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM)²¹, por meio da Declaração de Calgary²². A definição, proposta pelo Comitê Executivo do ICOM, apresenta o museu como

Uma instituição para o benefício da sociedade, destinada a explorar e a compreender o mundo por meio da pesquisa, da preservação e da comunicação – especialmente por meio da interpretação e da exposição – da evidência material e imaterial que constitui o patrimônio da Humanidade. É uma instituição sem fins lucrativos (ICOFOM, 2005, p.127).

Nessa definição, nota-se que há um enfoque maior na percepção do museu ao seu meio, visto que as coleções de objetos materiais não são o único foco de pesquisa, preservação e comunicação. Isso vem ao encontro do pensamento da Nova Museologia, que visa compreender o museu não como uma instituição deslocada do seu meio, sociedade e tempo, mas como uma instituição que observa, compreende, ouve e trabalha em coletividade.

Seguindo a mesma linha de pensamento da definição de 2005, a obra “Conceitos-chave de Museologia”, de 2013, aborda a definição de museu a partir do termo. Para além de tratar do museu como uma instituição física, a obra o apresenta como um “estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio” (DESVALLÉES; MAIRESSE; SOARES; CURY, 2013). Pode-se, dessa maneira, conceber o museu desvinculado do espaço de pedra e cal ao destacar-se o aparecimento da palavra “lugar”, como podemos observar:

O termo “museu” tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o **lugar** geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio. A forma e as funções do museu variaram sensivelmente ao longo dos séculos. Seu conteúdo diversificou-se,

²⁰ El ICOM es la organización internacional de museos y profesionales de los museos cuya finalidad es investigar, perpetuar, perennizar y transmitir a la sociedad el patrimonio cultural y natural mundial, presente y futuro, tangible e intangible. Disponível em: <<https://icom.museum/es/sobre-nosotros/misiones-y-objetivos/>>.

²¹ Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) é responsável por pesquisar, estudar e disseminar a base teórica da museologia como uma disciplina científica independente, analisando criticamente as principais tendências da museologia contemporânea. Disponível em: <<http://network.icom.museum/icofom/welcome/welcome-to-icofom/>>.

²² Documento final do *International Symposium*, organizado pelo ICOFOM. Realizado em Calgary, Canadá entre 30 de junho e 02 de julho de 2005. Tendo como tema: “*Museologia y el Público de Museos*”. Disponível em: <http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2035%202005%20Audience.pdf>.

tanto quanto a sua missão, seu modo de funcionamento ou sua administração (DESVALLÉES; MAIRESSE; SOARES; CURY, 2013, p. 64. grifo nosso).

Em contraponto à definição de museu do “Conceitos-chave de Museologia”, a mais nova definição de museu do ICOM não traz o vocábulo “lugar”, porém incorpora ao conceito de museu que este deve estar a “serviço da sociedade e do seu desenvolvimento” (ICOM, 2019)²³. Com isso, reafirma a concepção de que essa instituição deve refletir e atuar na sociedade atendendo às demandas da contemporaneidade, o que pode, por interpretação e adaptação, incluir nessa definição a ideia de uma instituição museal não sendo de concreto e cal.

O museu, mesmo aquele com a predominância de sua concepção fundamentada no conceito de museu tradicional, com enfoque nas coleções e vigorosamente ligado a um prédio, na atualidade, deve refletir suas ações museológicas para fora de suas estruturas físicas e não estritamente ligadas ao patrimônio material e/ou virtual.

Com a reflexão de diversos conceitos e teorias de museais e sua gênese, nesta seção, buscamos compreender as transformações conceituais atravessadas pela instituição museu, examinando-o na perspectiva que o compreende como um agente que afeta, influencia e impacta seu meio. Dessa maneira, adotamos como conceito norteador para este trabalho o do ICOM, do ano de 2019, que traz consigo uma concepção crítica e abrangente no que diz respeito à fundamentação de uma instituição museal que “conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite” (ICOM, 2019) e para tal é necessário que haja uma área de conhecimento que intermedie essas relações.

²³ Segundo a definição de 2019, “O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite (ICOM, 2019, p.1).

2.2 Políticas públicas para museus no Brasil: breve panorama

Para além das discussões teóricas acerca da instituição museu, os aspectos normativos e legais são igualmente importantes. No que diz respeito às legislações brasileiras voltadas para os museus, inicialmente destacamos a lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009²⁴, que dispõe sobre a Instituição do Estatuto de Museus e dá outras providências. Seu Capítulo I, apresentando as disposições gerais, registra:

Art. 1^º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2^º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Art. 3^º Conforme as características e o desenvolvimento de cada museu, poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, são definidos:

I – como filial os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo;

II – como seccional a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal;

III – como núcleo ou anexo os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu.

Art. 4^º O poder público estabelecerá mecanismos de fomento e incentivo visando à sustentabilidade dos museus brasileiros.

Art. 5^º Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.

§ 1^º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 2^º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País.

§ 3^º (VETADO)

²⁴ BRASIL, 2009.

Art. 6º Esta Lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis.

Parágrafo único. São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no art. 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente (BRASIL, 2009).

No primeiro capítulo da referida Lei, o artigo primeiro elenca os atributos que uma instituição deve possuir para ser caracterizada como museu. Destacamos, assim, que, para ser considerada museu, essa deve executar ações e processos museológicos –preservação, estudo, pesquisa, educação, educação e contemplação - voltados para o patrimônio e o território.

Por esta ótica, encaixam-se nessa definição de instituição museal inúmeras tipologias de museus, tais como museu histórico, museu de arte, museu de ciência, museu biográfico, museu comunitário, ecomuseu, museu de bairro/cidade, museu temático, museu militar, museu virtual, entre outros, visto que eles têm como princípios fundamentais, de acordo com o segundo artigo da lei:

[...]

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural (BRASIL, 2009, p).

Instituições, portanto, que se enquadram no Capítulo I da lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009 e nos princípios fundamentais dos museus da mesma lei podem ser qualificados como tal, independente de sua tipologia.

A referida lei, além disso, é considerada fundamental por reger o campo dos museus no Brasil e seus acervos, sendo o Decreto 8124/2013 o normatizador de conceitos e processos não especificados por essa lei. Na sequência, ainda em 2009, a próxima ação do governo foi criar uma autarquia que pudesse estabelecer políticas públicas específicas para os museus, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

O Instituto Brasileiro de Museus foi criado em janeiro de 2009, pela Lei nº 11.906²⁵, sucedendo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

²⁵ A lei criou 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, criou Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e deu outras providências, a fim de proporcionar às instituições que se qualificam como museais e que estão vinculadas a essas

nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais. O órgão é responsável pela Política Nacional de Museus (PNM) e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. Também é responsável pela administração direta de 30 museus.

O Ibram pode conceber, estruturar e reestruturar processos, trabalhar e acompanhar todas as instituições que se qualificam como museu não sendo, por conseguinte, excludente em relação à materialidade ou imaterialidade do patrimônio. Seu foco, pelo contrário, dá-se na execução ou não das ações e processos museológicos nessas instituições.

O decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013²⁶, que regulamenta os dispositivos das Leis nº 11.904 e 11.906, deixa evidente o que são bens culturais, museus e processos museológicos:

Art. 2º Para fins deste Decreto, consideram-se:

I - bens culturais - todos os bens culturais e naturais que se transformam em testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem sobre o seu território;

II - bens culturais musealizados - os descritos no inciso I do **caput** que, ao serem protegidos por museus, se constituem como patrimônio museológico;

III - bens culturais passíveis de musealização - bens móveis e imóveis, de interesse público, de natureza material ou imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

IV - centro de documentação - instituição que reúne documentos de tipologias e origens diversas, sob a forma de originais ou cópias, ou referências sobre uma área específica da atividade humana, que não apresente as características previstas nos incisos IX e X do **caput** ;

V - coleção visitável - conjuntos de bens culturais conservados por pessoa física ou jurídica que não apresentem as características previstas nos incisos IX e X do **caput**, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente;

VI - degradação - dano de natureza química, física ou biológica, causado por ação natural do tempo, por catástrofes naturais, por manipulação indevida, por armazenamento inadequado, ou por qualquer ação que coloque em risco a integridade física do acervo do museu, passível de restauração total;

VII - destruição - dano total, causado por ação natural do tempo, por catástrofes naturais, por manipulação indevida, por armazenamento inadequado, ou por qualquer ação que inviabilize sua restauração;

autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, melhorias físicas e estruturais, articulação e intercâmbio do setor museológico e ampliação e democratização do acesso do público as instituições que executam as ações e processos museológicos. O Instituto Brasileiro de Museu (IBRAM).

²⁶ BRASIL, 2013.

VIII - inutilização - dano equivalente a degradação passível de restauração parcial;

IX - museu - instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;

X - processo museológico - programa, projeto e ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teórico e prático da museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico (BRASIL, 2013).

Com base no referido decreto, novamente ressaltamos, neste trabalho, que reconhecer uma instituição ou não como museu não está ligada à sua manifestação material. Podem ser museus as instituições que preservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem conjuntos e coleções que tenham relevância histórica, artística, científica ou técnica. Elas devem, ainda, estar abertas ao público e a serviço da sociedade.

Na Lei 11904, os processos museológicos seriam enquadrados enquanto processos “voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades” (BRASIL, 2009).

No que diz respeito ao entendimento de Processo Museológico, para Maria Célia Santos,

A análise do processo museológico pressupõe a explicitação de que a sua aplicação se dá em contextos, os mais diferenciados, na relação do homem com o mundo; portanto, esse processo está impregnado, marcado, pelos resultados da própria ação, imerso na realidade concreta, cultural, na qual estão inseridos os sujeitos sociais; assim, a aplicação das ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, a partir da qualificação do fazer cultural, está condicionada histórico-socialmente. (SANTOS, 1999, p. 1) .

O processo museológico enquanto ações de pesquisa, preservação e comunicação, permeada, segundo a autora, de “conflitos, antagonismos e lutas” no e do campo da Museologia, seria uma cadeia operatória que aplica perspectivas técnicas, teóricas e metodológicas do campo da Museologia no âmbito dos museus, acervos musealizados e passíveis de musealização (SANTOS, 1999).

Nesse sentido, podemos entender que processos museológicos podem e devem coabitar com atividades das instituições museais, as quais, valendo-se das definições aqui adotadas de museu, devem exercer as ações museais de preservar, conservar e comunicar um acervo material e/ou imaterial. Ressalta-se, ainda, que

processos museológicos podem existir para além dos museus e desvinculados desses, como por exemplo, em ações de extensão, projetos culturais e entre outros.

Todavia, entendemos que as ações museais, bem como o próprio entendimento de museu, podem se confundir com a definição de processos museológicos e, erroneamente serem assimilados como um único conceito. Em virtude dessa concepção, apresentaremos adiante na pesquisa as definições de museu, museus virtuais e processos museológicos, a fim de destacar que a execução dos processos museológicos não qualifica uma instituição como museu, mas sim, que o que a qualifica como tal, na ótica adotada nesta pesquisa, é seguir a definição do ICOM de 2019 e da lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

Por fim, explicamos que as questões aqui listadas são de caráteres normativos e legais, muito importantes para o campo dos museus. Na próxima seção, serão abordados aspectos teóricos sobre o campo da Museologia.

2.3 Museologia: como o debate tem se delineado?

[...] em si preponderante, que a museologia, como “uma ciência que examina a relação específica do homem com a realidade, consiste na coleção e na conservação, consciente e sistemática, e na utilização científica, cultural e educativa de objetos inanimados, materiais e móveis (sobretudo tridimensionais) que documentam o desenvolvimento da natureza e da sociedade” (Gregorová, 1980) (DESVALLÉES; MAIRESSE; SOARES; CURY, 2013, p. 62).

A Museologia tem a natureza de ser uma ciência a serviço da sociedade, que intermedia as relações entre a sociedade e o entendimento de conservação, investigação, comunicação e exposição do património material e imaterial por meio de mediação e educação.

Para ser reconhecida como uma ciência, a Museologia vem se ressignificando e se ampliando com o passar do tempo, repensando o seu objeto de estudo, indo para além das áreas técnicas dos museus, refletindo e agindo nas áreas da comunicação, das ciências sociais, das humanidades, da ciência da informação e das tecnologias.

Marília Xavier Cury (2009) concorda com a concepção de que o objeto de estudo da Museologia é dinâmico e complexo por si só, como pode-se aferir:

A museologia, há décadas, deslocou o seu objeto de estudo dos museus e das coleções para o universo das relações, como: a relação do homem e a realidade; do homem e o objeto no museu; do homem e o patrimônio musealizado; do homem com o homem, relação mediada pelo objeto. Esse universo de relações deve ser enfrentado na perspectiva transdisciplinar dada a sua complexidade. Se a Museologia é disciplina com objeto de estudo, o enfrentamento desse objeto deve ocorrer com clareza e com bases teóricas fundamentadas nas ciências humanas e sociais (CURY, 2009, p.29).

Posto que o objeto de estudo da Museologia não está necessariamente locado nos museus, mas sim na relação profunda entre o homem, os objetos de seu meio e realidade resultam na ação transformadora desse homem, o “fato museal”²⁷.

Suely Cerávalo destaca no artigo “Delineamentos para uma teoria da Museologia”, de 2004, a evolução do objeto de estudo da Museologia e os processos que delinearão e delinham a teoria museológica e, conseqüentemente, seu objeto de estudo:

O grupo de origem tinha como tarefa fazer do museu um objeto de estudo e legitimá-lo como nova disciplina acadêmica. O objeto de estudo, no entanto, deslocou-se transferindo-se de uma Museologia de museus para a “relação específica do homem com a realidade” (na concepção de ZbynveK Z.Stránský e Anna Gregorová “fato museal” segundo Waldisa Rússio) ou como uma relação mediadora entre homem e patrimônio (BELLAIQUE, 2000) modificando-lhe o perfil, abrindo-lhe portais de interpretação. Nesse processo, abraçou e incorporou aquilo que surgia como conceitos novos – ecomuseologia, “nova museologia”, “museu total”. As mudanças ocorrem em direção ao que Bellaigue descreve como ênfase na dimensão social e política, a “museologia social”, envolvendo um objeto museal, assim o denomina, amplificado (CERÁVALO, 2004, p. 240).

Para pensar a Museologia para além do ato de conservar, documentar, pesquisar e comunicar acervos museológicos, podemos compreender o campo como sendo voltado à intermediação das relações entre o homem, o patrimônio, o meio e distintas áreas do conhecimento. Desse modo, a Museologia é uma ciência que pode trabalhar em diversas frentes, não sendo uma área inflexível e isolada, assim como aponta Marília Xavier Cury no Quadro 1:

²⁷ Em 1981, no artigo intitulado: A interdisciplinaridade em Museologia e publicado na MuWoP n.2, Waldisa Rússio define como objeto da Museologia o “fato museal” ou “fato museológico”.

Quadro 1 – Quadro Geral da Disciplina Museologia, estrutura definida no âmbito do Icofom/Icom em 1983.

Museologia Geral	Museologia Aplicada – Museografia		Níveis
História dos museus	Curadoria	Aquisição/ formação de acervo	Administrativo planejar
		Salvaguarda - Conservação preventiva - Documentação museológica	↕
Teoria Museológica - Comunicação museológica - Expologia - Educação patrimonial - Recepção de público		Comunicação museal - Expografia - Educação em museus	Técnico aplicar
		↕	
Gestão do patrimônio musealizado	Gestão	Planejamento	Político interagir
		Administração	
		Avaliação	
← ← ← ← ← diálogo → → → → →			

Fonte: Marília Xavier Cury.

Por sua vez, podemos salientar que a museologia, pode atuar para além da instituição museu, ainda que esta ciência tenha sua origem nos procedimentos técnicos referentes ao museu, na atualidade não mais estaria restrita aos aspectos técnicos da instituição museal, como explicita Desvallés e Mairesse:

A partir dos anos 1960, nos países do Ocidente, a museologia passou a ser progressivamente considerada como um verdadeiro campo científico de investigação do real (uma ciência em formação) e como disciplina independente. Essa perspectiva, que influenciou amplamente o ICOFOM nos anos 1980-1990, apresenta a museologia como o estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade, estudo no qual o museu, fenômeno determinado no tempo, constitui-se numa das materializações possíveis (DESVALLÉS, MAIRESSE, 2013, p. 62).

Entretanto, para a museologia ser reconhecida campo científico e área reconhecida legalmente e institucionalmente, percorreu-se um longo caminho. Elencamos, adiante, alguns fatos que trazem um panorama deste caminho no Brasil:

Podemos destacar, inicialmente, a criação a Associação Brasileira de Museologia no ano de 1963, iniciado a consolidação institucional da área no país, conforme apresentado por Luciana Menezes de Carvalho:

No Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus ocorrido no Rio de Janeiro, em 1958, a Museologia foi definida como o ramo do conhecimento ligado ao estudo dos objetivos e organização de museus, sendo adotada, em 1974, na 11ª Assembléia Geral do Conselho Internacional de Museus – ICOM, em Copenhague. Na década seguinte, ainda segundo Scheiner (1988), os museus de arte contemporânea e o Museu da Imagem e do Som apresentaram inovações estéticas e comportamentais, enriquecendo o universo museológico brasileiro. Em 1963 foi criada a Associação Brasileira de Museologia (CARVALHO, 2011, p. 149).

Todavia, apenas 21 anos depois tem-se a lei nº 7.287²⁸ de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo, como podemos observar a seguir:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - O desempenho das atividades de Museólogo, em qualquer de suas modalidades, constitui objeto da profissão de Museólogo, regulamentada por esta Lei.

Art. 2º - O exercício da profissão de Museólogo é privativo:

- I - dos diplomados em Bacharelado ou Licenciatura Plena em Museologia, por cursos ou escolas reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura;
 - II - dos diplomados em Mestrado e Doutorado em Museologia, por cursos ou escolas devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura;
 - III - dos diplomados em Museologia por escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos títulos tenham sido revalidados no Brasil, na forma da legislação;
 - IV - dos diplomados em outros cursos de nível superior que, na data desta Lei, contém pelo menos 5 (cinco) anos de exercício de atividades técnicas de Museologia, devidamente comprovados.
- (BRASIL, 1984, p. 1).

Nessa mesma lei, no Art. 3º, disserta-se sobre as atribuições da profissão de Museólogo, sendo estas:

Art. 3º - São atribuições da profissão de Museólogo:

- I - ensinar a matéria Museologia, nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;
- II - planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins;
- III - executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;
- IV - solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento, específico;
- V - coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;
- VI - planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;
- VII - promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;
- VIII - definir o espaço museológico adequado a apresentação e guarda das coleções;
- IX - informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;

²⁸ BRASIL, 1984.

- X - dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de museologia nas instituições governamentais da Administração Direta e Indireta, bem como em órgãos particulares de idêntica finalidade;
- XI - prestar serviços de consultoria e assessoria na área de museologia;
- XII - realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade;
- XIII - orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoa das áreas de Museologia e Museografia, como atividades de extensão;
- XIV - orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar.

Postas as discussões apresentadas nos periódicos científicos, as técnicas práticas da profissão museólogo e as definições da LEI N^o 7.287, é possível verificar que a Museologia está para além de conservar, documentar, pesquisar e comunicar acervos museológicos. Isso porque ela, da mesma forma, pode intermediar as relações entre o homem, o patrimônio e o meio.

Nesse contexto, tomando a Museologia como uma ciência que pode agenciar essas relações entre o meio, patrimônio e indivíduo que está inserido em um determinado tempo, a Museologia como uma área de conhecimento dinâmica e multidisciplinar vai se adaptando ao meio e tempo contemporâneo, podendo, assim, fazer uso das novas vertentes teóricas, técnicas reformuladas ou aprimoradas e tecnologias vigentes para se colocar no contexto em que está inserida.

Na contemporaneidade, o campo museológico com suas metodologias e técnicas, abarca em seus processos os museus virtuais e suas especificidades?

2.4 Museu Virtual

Na acepção filosófica, é virtual aquilo que existe apenas em potência e não em ato, o campo de forças e de problemas que tende a resolver-se em uma atualização. [...] No sentido filosófico, o virtual é obviamente uma dimensão muito importante da realidade. Mas no uso corrente, a palavra virtual é muitas vezes empregada para significar a irrealidade - enquanto a "realidade" pressupõe uma efetivação material, uma presença tangível. (LÉVY, 2010, p. 49).

O filósofo e antropólogo Pierre Lévy apresenta-nos, filosoficamente, uma perspectiva mais ampla do virtual, para além dos usos das tecnologias e da Internet. Levy traz, em sua definição, que o virtual é algo que existe em potência e não em ato; o virtual é potência que se atualiza através do tempo. Como exemplo, temos o clássico arquétipo da semente, que é uma árvore em potência. “Nos termos de

Lévy, ela é virtualmente uma árvore. Já a árvore é a semente em ato, depois de efetivada sua potencialidade” (GALVÃO, 216, p. 109).

Para Lévy, o conceito de virtual está intrinsecamente ligado à ideia de vir a ser, o que, como já dito, não está necessariamente ligado à manifestação dessa virtualidade na Internet ou por meio de computadores. Lévy, entretanto, explica que essas máquinas dispõem da capacidade de automaticamente manipular os signos do virtual e transmitir para nós de uma forma a que tenham materialidade em nossas mentes.

Em seu livro *Cibercultura* de 1997, Lévy atribui ao virtual uma escala dos sentidos, que tem como ponto-chave o conceito de simulação e o controle do seu representante nesse ambiente virtual. “Assim, quanto maior a sensação de imersão e simulação do mundo real, mais forte é o grau de virtualidade” (GALVÃO, 2016, p.114), como pode-se observar no quadro 2, que demonstra a escala do virtual segundo Lévy:

Quadro 2 – A escala do virtual do sentido mais fraco para o mais forte

	Definição	Exemplos
Virtual no sentido comum	Falso, ilusório, irreal, imaginário, possível	
Virtual no sentido filosófico	Existe em potência e não em ato, existe sem estar presente	A árvore na semente (por oposição à atualidade de uma árvore que tenha crescido de fato) / uma palavra na língua (por oposição à atualidade de uma ocorrência de pronúncia ou interpretação)
Mundo virtual no sentido da possibilidade de cálculo computacional	Universo de possíveis calculáveis a partir de um modelo digital e de entradas fornecidas por um usuário	Conjunto das mensagens que podem ser emitidas respectivamente por: – programas para edição de texto, desenho ou música; – sistema de hipertexto; – bancos de dados; – sistemas especializados; – simulações interativas etc.
Mundo virtual no sentido do dispositivo informacional	A mensagem é um espaço de interação por proximidade dentro do qual o explorador pode controlar diretamente um representante de si mesmo	– mapas dinâmicos de dados apresentando a informação em função do “ponto de vista”, da posição ou do histórico do explorador; – RPG em rede; – videogames; – simuladores de voo; – realidades virtuais etc.
Mundo virtual no sentido tecnológico-estrutural	Ilusão de interação sensorio-motora com um modelo Computacional	Uso de óculos estereoscópicos, <i>datagloves</i> para visitas a monumentos reconstituídos, treinamentos em cirurgias etc.

Fonte: Pierre Lévy²⁹.

²⁹ LÉVY, 2010, p. 76.

Tendo como ponto de partida as definições e as premissas de Pierre Lévy acerca do virtual, podemos tomar como plataforma de observação e estudos sobre museu virtual as três últimas definições presentes no quadro 2, visto que,

Com o desenvolvimento da informática e do mundo digital se impôs progressivamente uma noção de museu impropriamente denominado de “virtual” (ou cibermuseu – noção mais utilizada em francês), definido de maneira geral como “uma coleção de objetos digitalizados, articulada logicamente é composta por diversos suportes que, por sua conectividade e seu caráter multi acessível, permite transcender os modos tradicionais de comunicação e de interação com o visitante [...]; ele não dispõe de um lugar ou espaço real, e seus objetos, assim como as informações associadas, podem ser difundidos aos quatro cantos do mundo” (Schweibenz, 2004). Essa definição, provavelmente derivada da noção relativamente recente de memória virtual dos computadores, aparece, de certa maneira, como um contrassenso. Convém lembrar que o “virtual” não se opõe ao “real”, como tendemos a crer de imediato, mas ao “atual”. Um ovo é uma galinha virtual; ele é programado para ser galinha e deverá sê-la se nada se opuser ao seu desenvolvimento (DESVALLÉES;MAIRESSE, 2013,p.67).

A princípio, o entendimento quanto ao conceito de “museu virtual” originou-se associado à evolução da informática e ligado ao meio eletrônico, o ciberespaço, mas como já observamos anteriormente, o virtual também está ligado à filosofia como potência.

Do latim, *potentia* -ae, poder, força³⁰, potência é algo que está intrínseco ao museu virtual, uma vez que ele tem a força e a potencialidade de preservar, comunicar e proporcionar a pesquisa de e sobre patrimônios culturais de forma global e interligada, sem barreiras de tempo e espaço. Isso, portanto, torna o acesso ao conhecimento e informações dos museus algo mais democrático e transformador, dada a maior facilidade de acesso ao acervo museológico e às pesquisas das instituições museais. Dessa forma, os museu virtuais carregam consigo o potencial de serem agentes transformadores do meio:

Com os museus abertos a todos, de forma universal, sem restrições de visitas e podendo o observador opinar e ter parte da sua memória preservada, o que era fechado a uma elite agora se transforma em uma condição mais democrática, possibilitada por esse novo espaço criado pela comunicação entre os computadores do mundo inteiro e formalizado em uma nova arquitetura, a digital (OLIVEIRA, 2007, p. 156).

Apesar de termos uma ideia previamente formada do que é um museu virtual, não podemos dar como definidos os conceitos que o permeiam, como apontam Magaldi e Scheiner:

³⁰ POTÊNCIA, 2020.

Na Museologia, o virtual é comumente associado a coisas imateriais ou que sejam criadas por computador. Os museus virtuais se apresentam, por exemplo, tanto como páginas eletrônicas de museus existentes em 'meio físico', quanto como museus criados exclusivamente na Internet. Esta ambiguidade mostra-nos a ausência de bases conceituais na construção desses espaços, tanto no que diz respeito ao entendimento do que seja museu, quanto do que venha ser virtual. Existem hoje, disponíveis na Internet, inúmeros museus e experiências de caráter museológico, que se autodenominam e/ou são reconhecidas como museus virtuais (MAGALDI; SCHEINER, 2010, p. 6).

Tereza Cristina Scheiner, ainda em 1988 evoca a construção do pensamento de que o museu não pode ser mais concebido como uma instituição estática, fixada a um tempo e espaço. Sua perspectiva, portanto, é a do museu como um fenômeno, algo que se manifesta independente da materialidade e do tempo que se encontra.

O museu tradicional não é o único museu possível [...]. Existem outras dimensões do Museu. [...] O Museu deve ser pensado agora já não mais como coisa única (portanto estática), mas como fenômeno, e, portanto, coisa dinâmica, independente de um local e de um tempo específicos, podendo estar simultaneamente em muitos lugares, sob as mais diversas formas e manifestações (SCHEINER, 1998, p. 89).

Nessa perspectiva, podemos estudar os museus virtuais não apenas como extensões do museu físico, mas sim como instituições museais que se encaixam na definição do ICOM de 2019, que postula que elas devem conservar, investigar, comunicar e expor o “patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite” (ICOM, 2019), bem como, atendem às premissas apresentadas no Capítulo I, da lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e nos princípios fundamentais dos museus da mesma Lei, que determina o que é museu, como reflete Alejandra Aguilar Pinto no artigo “A patrimonialização da informação indígena no ciberespaço através dos museus virtuais”:

Os Museus como entidades que acolhem, protegem e difundem a mais variada coleção de informações em diferentes tipos de suporte e dimensões têm visto na Internet um novo espaço para a difusão, em grande escala do patrimônio que custodiam e seus serviços em geral. (...) Assim, a Internet veio a potencializar a função social, cultural e pedagógica dos Museus, ampliando seus horizontes, e permitindo a um maior número de pessoas “visitarem” suas instalações. (PINTO, 2011. p. 60).

Em “Os Museus virtuais: conceitos e configurações”, Rosali Henriques apresenta uma concepção de museus virtuais, que vai ao encontro do entendimento de Alejandra. Isso porque Henriques expressa que, da mesma forma que na instituição de “pedra e cal” devem-se desempenhar os processos museológicas, para que ela seja qualificada como museu, igualmente, isto pode-se aplicar em uma

instituição virtual, a fim de, ela também seja qualificada como museu, independentemente da sua existência no meio físico:

[...] só pode ser considerado museu virtual, aquele que tem suas ações museológicas, ou parte delas trabalhadas num espaço virtual, uma vez que somente através das ações museológicas é que poderá acontecer uma completa mediação entre o museu e o seu público. Assim, os museus virtuais são aqueles que trabalham o patrimônio, através de ações museológicas, mas que não necessariamente têm suas portas abertas ao público em seu espaço físico. (HENRIQUES, 2018, p. 63).

É importante, todavia, ampliar tal reflexão. Existem diferentes formas de manifestação do que entendemos por museu virtual na atualidade. Em uma perspectiva mais ampla, podemos afirmar que, só no ambiente digital, existem diferentes formas de designar um museu virtual eletrônico que se apresenta ou manifesta a partir do ambiente digital. Podemos citar alguns termos, como museu digital, museu *online*, *cibermuseu*, *hipermuseu*, *webmuseu*, *netmuseu* e museu eletrônico, entre tantos outros que podem surgir futuramente, conforme compila o quadro 3.

É importante, por isso, ressaltar que tais tipos de museus são assim designados a partir do equipamento ou sistema utilizado. Futuramente, outros ambientes tecnológicos poderão permitir outros tipos de museus e, assim, novas denominações e designações.

Quadro 3 – Novas formas de manifestação do Museu

Museu Digital	<p>Digital - Originário do latim 'digitalis'. Algo relativo aos dedos (ex. <i>dexteridade digital</i>); feito com os dedos. Relativo a/ou que se usa cálculo por métodos numéricos ou unidades discretas.</p> <p>Pode ser entendido, conceitualmente, como algo fechado, ao contrário do virtual.</p> <p>*Museu Digital - A estruturação de um museu digital parte do princípio que, para ser compreendido pelo computador (esteja ele armazenado no HD, em CD-ROM, DVDs, Pendrives, etc.), este tipo de museu deve estruturar-se a partir de códigos computacionais.</p>
Museu online	<p>Online- Algo conectado, servido por, ou disponível através de um sistema, especialmente, de computador ou sistema de telecomunicações, em Intranet ou na Internet.</p> <p>*Museu online - Categoria de museu baseado em um sistema de conexão.</p>
Hiper museu	<p>'Hyper' (adj) - Algo extremamente ativo, nervoso, excitável. Em conexão.</p> <p>*Hiper museu - Tipologia de museu acessível em um visor, com possibilidades de conexão, links. Com grande interatividade.</p>
Ciber museu	<p>Ciber – Teria surgido do termo 'cibernética' (ciência do controle e da comunicação entre seres vivos e as máquinas). Ciberespaço seria um meio composto de chips de silício, fios de cobre, cabos de fibra ótica e de todos os outros componentes de computadores = meios de armazenamento e redes que armazenam, transmitem e manipulam bits (segundo Koepsell).</p> <p>*Cibermuseus - Seria uma tipologia de museu existente na Internet ou que se manifesta através do computador.</p>
Web museu	<p>Web - Área da Internet que contém documentos em formato de hipermídia = combinação de hipertexto com multimídia.</p> <p>* Museu existente na web ou www, E que pode conter textos, imagens, arquivos de áudio e vídeo, além de ligações com outros documentos na rede.</p>
Net museu	<p>Net – Em inglês, significa rede. O prefixo remete às especificidades da internet, enfatizando o espaço desterritorializado das redes.</p> <p>*Aplica-se aos museus construídos na Grande Rede de Computadores, Internet.</p>
Museu eletrônico	<p>Eletrônico (adj.) - estando relacionado a elétrons; ou relaciona-se a um dispositivo construído por experiências com eletricidade.</p> <p>*Museu eletrônico - Museus que existem por meio de aparelhos eletrônicos, ou tudo o que possui um sistema baseado nas experiências com eletricidade.</p>

Fonte: Monique Magaldi.³¹

Dito isso, podemos entender que muitos dos museus habitualmente entendidos como museus virtuais são museus que fazem uso de sistemas eletrônicos ou digitais. Muitos são acessados por meio de computadores conectados à Internet. E por conta de tais possibilidades, geralmente, habituamo-nos a entender

³¹ MAGALDI, 2015, p. 499.

que os museus virtuais são os que se manifestam por computadores conectados *online*.

Ampliando tal entendimento do virtual, podemos compreender pela ótica da filosofia que o virtual está em constante transformação, ou seja, que não está constituído. Dessa forma, é possível ampliar o entendimento do que seja o virtual e, conseqüentemente, sobre o que é o Museu Virtual.

No âmbito do presente trabalho, conforme apresentado no decorrer do texto, os museus virtuais devem incluir entendimentos comuns ao conceito de museu, guardando, obviamente, a sua especificidade enquanto museu que se manifesta virtualmente.

2.4.1 Museus virtuais brasileiros

Nesse contexto, de entender o que é museu, onde e como age a Museologia e o que qualifica uma instituição como museu virtual, analisaremos como as metodologias e técnicas do campo da Museologia podem ser aplicadas no âmbito dos museus virtuais. Por isso, antes, apresentaremos um panorama do cenário atual brasileiro:

Na atual conjuntura brasileira, a partir dos dados obtidos na base Museusbr, podemos encontrar 36 museus brasileiros cadastrados no referido sistema nacional de identificação de museus, que é, também, “plataforma para mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros”³², conforme a Portaria n.º 6 de janeiro de 2017 .

São eles: Ponto de Cultura Abrapalavra; Museu do TRF-4; Museu de Memes (virtual); MUSEU DIGITAL DA PMPA; Museu das Memórias (In)Possíveis; Museu do RPG (itinerante e virtual); MIAU – Museu da Imprensa Automotiva; Museu das Coisas Banais, da Universidade Federal de Pelotas (virtual); Museu da dança (Virtual); Museu virtual de São José do Norte; Museu do Sexo (virtual); Museu Virtual do Transporte Urbano; Museu Virtual do Rio Grande; Museu Virtual de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília; MuBE Virtual; Museu Virtual de Brasileiros e Brasileiras no Exterior; Museu do Território de Paraty; Museu Virtual de Biociências; Museu Virtual Memória da Propaganda; Museu Virtual de Instrumentos Musicais; Museu Virtual de São Luiz do Paraitinga; Museu da Indumentária e da Moda

³² IBRAM, 2019.

(Virtual); Museu Virtual Paul Garfunkel – Imagens do Brasil; Instituto Museu da Família; Museu Virtual de Brasília; Museu do Calçado de Franca (Misto); Museu Virtual Miguel Bakun; Museu Virtual da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Museu da Fotografia Documental (Virtual); Museu Digital da Memória Afro-Brasileira e Africana (Virtual); Centro Virtual de História e Cultura David Pimenta; Museu Virtual Poty Lazzarotto; Museu Virtual da Educação em Goiás, da Universidade Federal de Goiás; Museu Maçônico Paranaense (Virtual); Museu da Corrupção (Virtual) e Instituto Museu da Pessoa.Net (Misto).

Até o presente momento, entretanto, esses museus foram cadastrados na plataforma mas não fazem parte do Registro de Museus (RM), pois, ainda não há uma definição sobre como poderiam ser compreendidos os Museus virtuais em tal processo de Registro de Museus (RM).

“Desde sua criação em 2006, o Cadastro Nacional de Museus³³ – CNM mapeou mais de 3.700 instituições museológicas no país” (IBRAM, 2020). Partindo dos dados desse Cadastro, foram elaboradas e lançadas duas importantes publicações: *Museus em Números* e *Guia dos Museus Brasileiros*, como podemos observar a seguir:

No ano de 2010, a equipe do CNM/CPAI/CGSIM iniciou dois importantes projetos de publicação direcionados para públicos diferentes. O primeiro resgatava a tradição da produção de guias no País, entendendo a importância dessa ferramenta na divulgação dos museus brasileiros. Assim, após 11 anos da impressão do último catálogo de instituições museológicas, foi lançado em maio deste ano o Guia dos Museus Brasileiros, contendo informações sobre 3.118 instituições mapeadas (incluindo 23 museus virtuais). A segunda publicação tem o objetivo de produzir e analisar dados sobre o setor museal brasileiro. O resultado desse trabalho constitui e dá vida ao *Museus em Números* (IBRAM, 2011, p.1).

Como expressado no trecho acima, a publicação *Museus em Números*, do ano de 2011, mapeou 3.118 instituições museais, sendo que 23 dessas são museus virtuais, quantidade essa, que atualizada, contabiliza 36 museus virtuais, segundo a plataforma *Museusbr* do IBRAM. Seis anos depois da publicação “*Museus em Números*”, proveniente dos dados coletados no Cadastro Nacional de Museus, é

³³ Cadastro Nacional de Museus- CNM: Importante fonte de informações sobre os museus brasileiros e vem trabalhando no aprimoramento da coleta e divulgação de dados, consciente da necessidade de informações de qualidade para a formulação e o monitoramento de políticas públicas para o campo museal. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/sistemas/cadastro-nacional-de-museus/>>.

instituída a Rede Nacional de Identificação de Museus, criada pela Portaria nº 7, de 9 de janeiro de 2017, do Ibram³⁴:

PORTARIA Nº 7 DE 9 DE JANEIRO DE 2017. O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS -IBRAM, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, inciso IV, anexo I, do Decreto nº 6.845, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro 2009 e no Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Rede Nacional de Identificação de Museus –RENIM, como forma de arranjo de governança pública colaborativa, voltada à interação e cooperação entre os seus componentes para o desenvolvimento do setor de museus brasileiro.

Art. 2º A RENIM tem por finalidade estimular a articulação entre as instâncias responsáveis pela criação, desenvolvimento, acompanhamento, monitoramento e fiscalização das políticas públicas voltadas ao setor de museus nos âmbitos estadual, distrital e municipal.

Art.3º Constituem objetivos da RENIM:

I -Articular ações entre seus componentes para o desenvolvimento, a coleta, a análise e a divulgação de informações sobre museus,para o planejamento, a avaliação e o monitoramento das políticas públicas setoriais, nas diversas esferas;

II -Subsidiar estudos e pesquisas estatísticas e estabelecer indicadores sociais e econômicos necessários à caracterização da situação dos museus no País;

III -Favorecer o aumento da visibilidade dos museus (BRASIL, 2013, p.1).

Entretanto, como já citado, diferentemente do Cadastro Nacional de Museus, a vigente gestão da Rede Nacional de Identificação de Museus não abarca a inclusão dos museus virtuais no registro, como observado na publicação em sua *web* página³⁵:

Em um primeiro momento, serão registrados APENAS os museus tradicionais, ecomuseus/museus de território e museus itinerantes. O Registro de Museus Virtuais, Parque e Unidades de Conservação da Natureza ainda está em discussão com os membros da ReNIM (ReNIM, 2020, p.1).³

Por outro lado, na própria página da Rede Nacional de Identificação de Museus temos:

Quem deve se registrar?

São pré-requisitos para o Registro de Museus:

- Estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;
- Ser instituição de caráter permanente e sem fins lucrativos;
- Preservar bens naturais e culturais, de natureza material ou imaterial;
- Realizar a comunicação dos bens culturais (exposições etc.);
- Estar aberto ao público;
- Não comercializar patrimônio museológico;
- Não se caracterizar como processo museológico (ReNIM, 2020, p.1).

³⁴ IBRAM, 2017.

³⁵ Web pagina da Rede Nacional de Identificação de Museus: Disponível em:<<https://renim.museus.gov.br/registro-de-museus/quem-deve-se-registrar/>>. Acesso em: 03 de jan. de 2020.

Dito isso, questiona-se: por que a não inclusão dos museus virtuais no Registro de Museus? Considerando que eles, como demonstrado anteriormente, podem ser qualificados como instituições museais, desde que realizem efetivamente as ações e processos museológicos. Dessa maneira, em tese, poderiam atender a todos os pré-requisitos para serem incluídos no Registro de Museus e, conseqüentemente, a Rede Nacional de Identificação de Museus.

Entende-se que, ao executarem as ações e processos museológicos, por conservarem, investigarem e comunicarem a fim de expor patrimônios da humanidade e do seu meio e tempo, com fins de educação, estudo e deleite (ICOM, 2019), os museus virtuais são sim qualificados como instituições museais. Isso apenas se dá em ambientes ou em dinâmicas específicas, contemporâneas, uma vez que, conforme salienta Luciana Ferreira da Costa:

A função social dos museus perpassa pelo entendimento de que a instituição museu não pode existir alheia aos acontecimentos e à dinâmica da sociedade, o que implica no seu compromisso com as questões que fazem parte da sociedade em que está inserido (COSTA, 2017, p. 230).

O não enquadramento dos museus a formatos específicos, delimitados, incluindo os seus acervos, não pode ser utilizado como quesito de exclusão sem critérios mínimos. Quesitos devem ser pensados de outra maneira, como, por exemplo: em um primeiro momento, somente considerar, em editais de fomento, museus virtuais que tenham ações que demandem preservação de acervos, que possuam acervos claramente definidos, inventariados e preservados, comunicados e promovidos pela instituição, ou que esses acervos devam estar identificados, disponíveis ao acesso do visitante, ou outros requisitos semelhantes. Tais problemáticas, de qualquer maneira, devem ser consideradas.

Neste trabalho, entretanto, nos ateremos aos museus que se designam como virtuais, que se manifestam em meios digitais e que podem ser acessados via Internet.

2.5 Processo Museológico

Entende-se por] Processo museológico: programa, projeto ou ação em desenvolvimento ou desenvolvida com fundamentos teórico e prático da Museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico; [...]³⁶(BRASIL, 2013, p.1).

Os processos museológicos, como explicitado na resolução normativa nº 1, de 14 de dezembro de 2016, abarcam as ações referentes a salvaguarda, pesquisa e comunicação, que objetivam gerar impactos sociais e econômicos. Isso se realiza por meio dos patrimônios culturais, da memória social e do território, levando em consideração o meio e o tempo que estes estão inseridos.

A mesma resolução, ainda, considera que museus virtuais são “museus que se comunicam com o público geral somente em espaços de interação virtual” (BRASIL, 2016). Isso ressalta que, para haver a comunicação com o público, o museus virtuais, para além de executarem os processos museológicos, devem, da mesma forma, realizar as ações museológicas de salvaguarda, pesquisa e, por fim, de comunicação.

Os processos museológicos, destarte, não estão delimitados à instituição museu, tal como expressa, Maria Célia Teixeira Moura Santos em *Processo Museológico: critérios de exclusão*, de 1999:

Tomarei a gestão das instituições museológicas e a aplicação das ações de pesquisa, preservação e comunicação como parâmetros para discussão do nosso problema, qual seja: processo museológico: uma ação de exclusão? Esclarecendo, entretanto, que, para nós, aplicação do processo museológico não está restrita à instituição museu, ele pode anteceder à existência objetiva do museu ou ser aplicado em qualquer contexto social (SANTOS,1998, p.3).

Trazemos a definição de processos museológicos para este trabalho uma vez que, comumente, os museus virtuais podem ser caracterizados como processo museológico e não como uma instituição museal. Isso porque eles, como citado anteriormente, podem, por vezes, caracterizar-se como um projeto e/ou extensão dos museus físicos, sendo assim um processo museológico e não uma instituição museal.

Posto isso, ressaltamos que, para o entendimento deste trabalho, é importante que o entendimento de que ações museológicas – salvaguarda, pesquisa

³⁶ BRASIL, 2016. , 2016

e comunicação –, processo museológico e museus virtuais são distintos entre si, mas que podem, por outro lado, relacionar-se, complementar-se ou coexistirem.

Ao tomarmos a definição de museu apresentada neste trabalho e as definições de Museologia, museu virtual e de processo museológico, bem como as legislações referentes a esses quatro conceitos, usaremos esses conceitos com o propósito de analisar como as metodologias e técnicas do campo da Museologia podem ser aplicadas no âmbito dos museus virtuais.

Isso se dará pela apresentação de um panorama do “estado da arte” dos 36 museus virtuais brasileiros, no próximo capítulo, bem como, no capítulo que o segue, uma pesquisa-ação no âmbito de um museu virtual específico, que busca aplicar os conceitos e legislações estudadas, bem como fazer uso dos dados coletados nesta pesquisa.

3 OS USOS DA INTERNET, OS MUSEUS VIRTUAIS BRASILEIROS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÕES A PARTIR DE ALGUNS DADOS.

Como refletimos até o presente momento, os museus são instituições que, de acordo com as definições do ICOM de 2019 e a lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, executam ações e processos museológicos com a finalidade de conservar, investigar e comunicar, a fim de expor um patrimônio da humanidade do seu meio e tempo, com fins de educação, estudo e deleite. À vista disto, para que os museus virtuais sejam qualificados como tal, as mesmas definições aplicam-se a essas instituições.

O museus virtuais estudados neste trabalho fazem uso da internet para se manifestarem, uma forma, como já se disse, de colocar-se na contemporaneidade e adequar-se às demandas do tempo vigente. Para isso, recorrem a um meio amplamente usado na atualidade, como explicitado na mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD CONTÍNUA)³⁷, publicada pelo IBGE³⁸. A pesquisa, intitulada *Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017*³⁹, obteve como resultado que 74,9% dos domicílios permanentes brasileiros utilizam a Internet, percentual que cresceu aproximadamente 5% de 2016 para 2017 – no ano de 2016, esse percentual era de 69,3%.

Com, respectivamente, 76,6% e 76,5%, as regiões Centro-Oeste e Sudeste são as localidades do Brasil que possuem as maiores porcentagens de pessoas que a utilizam a Internet, seguidas da Sul, com 73,2%, da Norte, com 60,1%, e Nordeste, com 58,4%. Esses percentuais, bem como os de domicílios permanentes brasileiros que utilizam a Internet, aumentaram desde a última PNAD de 2016, como se disse. No ano de 2016, o Centro-Oeste atingia 71,8%; o Sudeste 72,3%; o Sul 67,9; o

³⁷ PNAD CONTÍNUA - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>>.

³⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é o principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>>.

³⁹ IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf>.

Norte 54,3 e Sul 52,3%, havendo diferenças significativas entre os resultados do Norte e Nordeste.

Dos indivíduos pesquisados entre mulheres e homens, as mulheres demonstram que utilizam mais a Internet que os homens, tanto na região urbana quanto na rural. Na região urbana, 74,6% das mulheres utilizam a Internet, enquanto os homens são 74,6%. Já na região rural, 41,9% das mulheres e 36,3% dos homens utilizam o recurso.

Quanto à utilização dos equipamentos para acessar a rede, o mais utilizado é o celular, empregado por 98,7% das pessoas que usam Internet, e, em segundo lugar, o microcomputador, utilizado por 52,3%.

A PNAD , da mesma forma, explicita que há uma crescente e contínua expansão da utilização da Internet nos domicílios brasileiros, indicando que cada vez mais os brasileiros fazem uso desse poderoso meio de acesso à informação e à comunicação, como citado a seguir:

O crescimento da utilização da Internet nos domicílios da área rural foi mais acentuado que nos da área urbana, contribuindo para reduzir a grande diferença entre os resultados destas duas áreas. Em área urbana, o percentual de domicílios em que a Internet era utilizada estava em 75,0%, em 2016, e aumentou para 80,1%, em 2017, e, em área rural, subiu de 33,6% para 41,0%. O mesmo tipo de evolução foi observado em todas as Grandes Regiões (PNAD CONTÍNUA, 2017, p.5).

Os dados apresentados expressam que a Internet tem o potencial de permanecer sendo o primeiro meio de informação e comunicação preferencial da população brasileira. Com a característica ímpar da alta dinamicidade, ela possui inúmeras funcionalidades, como a possibilidade de disponibilizar uma grande quantidade de informações, a possibilidade de interação contínua, compartilhamento de informações, gestão colaborativa, entre outras diversas usabilidades, que podem e estão sendo exploradas pelos museus virtuais.

Nesse contexto de uso crescente da Internet pelos brasileiros, investigamos, neste capítulo, os 36 museus virtuais brasileiros cadastrados na plataforma Museusbr. Eles foram observados, conforme já explicado, sob a ótica das definições de museu do ICOM de 2019 e da lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

Os dados foram coletados exclusivamente a partir da observação e estudo das informações disponibilizadas *online* pelos museus virtuais em seus respectivos *web* endereços, entre os dias 02 e 28 de junho de 2019. A coleta se deu no âmbito da pesquisa intitulada *“Entre conceitos e experiências virtuais: estudos sobre*

museus virtuais Brasileiros”, desenvolvida pela professora doutora Monique Batista Magaldi e pelas graduandas em museologia Kátia Silene Souza de Brito e Joquebede Oliveira Teles da Silva.

A fim de mostrar um panorama geral do estado da arte dos museus virtuais brasileiros, observamos, na primeira etapa, quais deles exercem as atividades de conservação/ salvaguarda/ preservação, investigação/ pesquisa e comunicação/ exposição de algum acervo. Os nomes dos museus foram ocultados, posto que a intenção do trabalho não é expô-los. Obtivemos, assim, os resultados tabulados no quadro 4:

Quadro 4 – Estado da arte dos museus virtuais brasileiros acerca da execução das ações de Pesquisa, Conservação/Salvaguarda e Comunicação/Exposição.

MUSEUS VITUAIS	PESQUISA/ INVESTIGA	CONSERVA/ PRESERVA/ SALVAGUARDA	COMUNICA/ EXPOSIÇÃO
M1	X		X
M2			
M3			
M4			X
M5	X	X	
M6			
M7	X	X	X
M8	X	X	X
M9	X	X	
M10			
M11			
M12	X	X	X
M13			
M14	X	X	X
M15	X	X	X
M16	X	X	X
M17			
M18	X	X	
M19		X	
M20			
M21		X	
M22			
M23			
M24	X	X	
M25		X	
M26	X	X	
M27		X	
M28		X	
M29	X	X	X
M30		X	
M31			
M32	X	X	
M33		X	
M34	X	X	
M35			
M36	X	X	X

Legenda:

	PESQUISA/ INVESTIGA
	CONSERVA/ PRESERVA/ SALVAGUARDA
	COMUNICA/ EXPOSIÇÃO
	Não executa nenhuma das ações
	Não foi possível acessar o museu virtual (endereço eletrônico <i>offline</i>)

Fonte: a autora.

Conforme apresenta o quadro 4, estudamos os 36 museus virtuais brasileiros, observando se há ou não a execução das três ações que os caracterizariam ou não como instituições museais, conforme com a definição do ICOM de 2019 e o artigo primeiro da lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que **adquire, conserva, investiga, comunica e expõe** o património material e imaterial da humanidade[...] (ICOM,2019, p. 1, grifo nosso).

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que **conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem**, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Também utilizamos como referência o conceito de comunicação de André Desvallées e François Mairesse, tendo-o como parâmetro de observação ao identificar a existência ou não dessa ação nos museus virtuais. Consideramos, assim, que a comunicação nos museus advém de resultados de pesquisas executadas sobre a coleção e culminando em exposições, mostras, publicações e ações afins, como explicitam os autores:

No contexto dos museus, a comunicação aparece simultaneamente como a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e como o acesso aos objetos que compõem as coleções (exposições de longa duração e informações associadas). Esta perspectiva vê a exposição não apenas como parte integrante do processo de pesquisa, mas, também, como elemento de um sistema de comunicação mais geral, compreendendo, por exemplo, as publicações científicas. Esta é a lógica que prevaleceu no sistema PPC (Preservação – Pesquisa– Comunicação) proposto pela Reinwardt Academie de Amsterdam, que inclui no processo de comunicação as funções de exposição, de publicação e de educação exercidas pelo museu (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p.35-37).

Dessa maneira, averiguamos se as intuições museais virtuais brasileiras executavam exposições, mostras, publicações e ações voltadas para comunicação do acervo.

No que se refere à preservação/conservação/salvaguarda dos acervos dos museus virtuais, a perspectiva utilizada foi a das autoras Carla Maria, Fabiana Antônia, Luzimira de Abreu e Patrícia Monfardini no artigo “*A Preservação e Conservação Digital sob o Ponto de Vista da IFLA/UNESCO*”. No texto, elas destacam que “A intenção da conservação é a preservação. A preservação

documental tem como finalidade manter a integridade máxima da informação contida em um determinado suporte” (2015, p. 3), como explicitado a seguir:

A preservação digital levanta desafios de uma natureza fundamentalmente diferente se comparados com a preservação dos formatos tradicionais. Pela preservação digital, entende-se o planejamento, armazenamento do recurso, e a aplicação de métodos e das tecnologias de preservação necessárias para assegurar que a informação digital tenha um valor contínuo, remanescente, acessível e usável. Esta asseveração de objeto digital não é absoluta nem suprema e carece de reformulações constantes à medida que o seu contexto de produção e preservação se vai refratando com a própria evolução da sociedade da informação (ONOFRE; PAULISTA; ABREU; MONFARDINI, 2015, p.15).

Considerando isso, observamos se os museus virtuais dispunham de políticas de preservação e conservação digital e se essas instituições utilizavam-se de bases de dados voltadas à salvaguarda de seus acervos e informações a seu respeito, assegurando a sua perpetuação e tornando-os acessíveis aos visitantes e pesquisadores.

Para observar a ação de pesquisa, partimos do conceito apresentado por Jorge Eduardo, para quem a pesquisa é a edificação, aprimoramento e/ou exploração de um conhecimento, metodologia e realidades novas, advindos de informações, objetos, técnicas, observações sociais entre outras fontes primárias:

Pesquisa é a construção de um conhecimento novo, a construção de novas técnicas, a criação ou exploração de novas realidades. Para Demo (2000, p. 33), "Na condição de princípio científico, pesquisa apresenta-se como a instrumentação teórico- metodológica para construir conhecimento". Para Luna (2000, p. 15), "Essencialmente, pesquisa visa à produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente fidedigno..." o conceito novo para o autor, significa neste contexto: Luna (2000, p. 15), "... um conhecimento que preenche uma lacuna importante no conhecimento disponível em uma determinada área do conhecimento." A pesquisa pode ser utilizada para:

- Gerar e adquirir novos conhecimentos sobre si mesmo ou sobre o mundo em que vive (MOTTER, 2007, p.1).

Assim sendo, observamos se os museus virtuais geraram e/ou adquiriram, partindo de seus acervos, novos conhecimentos sobre si mesmos ou sobre o contexto que os permeia. No cenário analisado, obtivemos os resultados descritos pela tabela 1:

Tabela 1 – Quantidade de cada Ação nos Museus Virtuais brasileiros

Ação	Quantidade
Pesquisa/ Investiga	16
Conserva/ Preserva/ Salvaguarda	22
Comunicação/ Exposição	10
Não executa nenhuma das ações	6
Não foi possível acessar o museu virtual (endereço eletrônico <i>offline</i>)	6

Fonte: a autora.

Como podemos observar, dos 30 museus virtuais brasileiros em atividade, apenas 10 executam a ação de Comunicação/ Exposição, constatando-se que essa é a ação menos desenvolvida. Verificamos, também, que os museus virtuais, apesar de terem acervo, não estão dispendo de exposições, mostras, publicações e ações voltadas para sua comunicação.

Esse foi um aspecto que nos saltou aos olhos, visto que tais produtos comunicacionais são como o cartão de visitas de uma instituição museal. Destacando que, a comunicação é umas das formas mais eficientes e efetivas de estabelecer diálogo com o público. Visto que, possibilita criar um vínculo com seus visitantes por meio dos processos comunicacionais.

Os processos comunicacionais, podem proporcionar a significação e/ou ressignificação dos conhecimentos e ideais contruidos acerca de um acervo e/ou instituição, isso, de forma conjunta, entre museu, pesquisadores e público, dando um sentido de pertencimento do público perante a este museu virtual, como explicita Cury:

O sentido do processo comunicacional desloca-se da mensagem para a interação, espaço de estruturação do significado da mensagem. Assim, há uma reciprocidade entre museu e público. O museu emergente é dialógico e defende o direito à (re)significação da cultura material, e com isto (re)significa a si mesmo. Dialogia diz respeito à produção e às trocas simbólicas, sendo que a comunicação constitui-se de uma rede complexa de germinação de informações, negociação e consumo, e na qual prevalece o valor simbólico sobre os usos e troca (CURY, 2005, p.79).

Em contraponto, a ação mais executada nos 30 é a ação de Conservação/ Preservação/ Salvaguarda. Esse dado aponta que os museus virtuais estão cada

vez mais preocupados em salvaguardar suas informações e acervo, armazenando-os em repositórios digitais e garantindo, assim, sua autenticidade, recuperação e perenidade – e também das informações acerca deles. O artigo “Políticas e estratégias de preservação de documentos digitais”, dos autores Sonia de Assis e Miguel Márdero, explora com mais profundidade o assunto:

A preservação digital é a parte mais longa e também a última do ciclo de gerenciamento de objetos digitais, com ela é garantido o emprego de mecanismos que permitem o armazenamento em repositórios de objetos digitais e que garantem a autenticidade e perenidade dos seus conteúdos. Segundo HEDSTROM (1996) a preservação digital é um processo distribuído que envolve o “planejamento, alocação de recursos e aplicação de métodos e tecnologias para assegurar que a informação digital de valor contínuo permaneça acessível e utilizável”(BOERES; ARELLANO, ?, p.2).

Tal como na *Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital*, aprovada e adotada pela Unesco no ano de 2003 e elaborada pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (CONArq), chamamos a atenção para conscientização e a ampliação da discussão sobre o problema da instabilidade do legado digital, que está em perigo de perda constante e para a falta de confiabilidade no suporte” (ROCHA;SILVA,2011, p.1).

Como evidenciado na carta, é importante que instituições virtuais com acervos digitais constituam políticas, estratégias e ações que assegurem a preservação de longo prazo e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos e acervos digitais, visto que há uma crescente dependência das informações no meio digital⁴⁰.

Já a segunda ação mais desenvolvida nos 30 museus virtuais brasileiros em atividade é a de Pesquisa/ Investigação a respeito dos acervos dos museus, a própria instituição e afins. Apesar de ser a segunda atividade mais desenvolvida, apenas 16 dos 30 museus desenvolvem essa ação. O que pode apontar uma fragilidade na produção dos processos comunicacionais, mais especificamente as exposições, mostras e publicações, posto que, para que haja uma mostra ou exposição, deve acontecer um extenso processo de pesquisa sobre o acervo, a instituição e informações acerca destes.

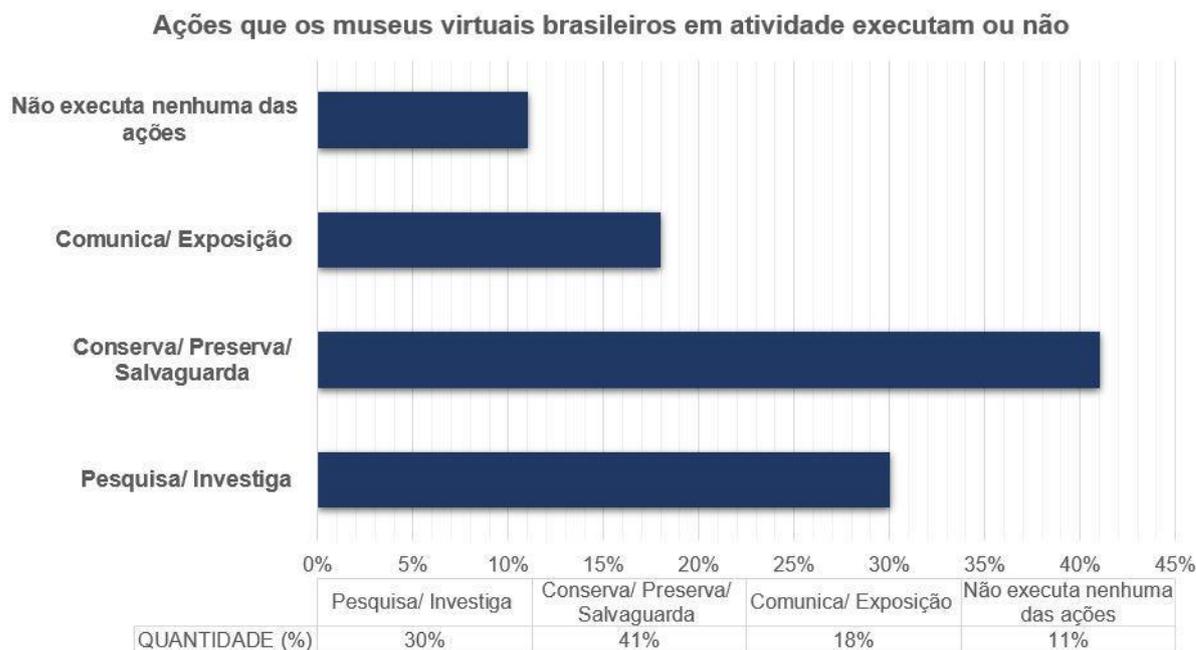
⁴⁰ O governo, a administração pública e privada, a pesquisa científica e tecnológica e a expressão cultural dependem cada vez mais de documentos digitais, não disponíveis em outra forma, para o exercício de suas atividades (CONArq, 2005, p.1).

Esse aspecto de interdependência entre as ações é salientado pelo dado de “Comunica/ Expõe”, com a constatação de que essas são as ações menos desenvolvida. Podemos, assim, traçar um paralelo entre essas duas ações: suspeitamos que a ausência de Pesquisa/ Investigação impacta diretamente na produção de processos comunicacionais, como salientado por Vinos Sofka no artigo “A pesquisa no museu e sobre o museu”:

O pré-requisito lógico que permite aos museus desempenhar seu papel nos dias atuais é o amálgama entre as suas três principais funções, isto é, preservar, pesquisar e difundir conhecimento. [...] Sem pesquisa no campo do Museu – para abordar o tema desta conferência – a função de coleta, registro e preservação seria incompleta e frequentemente impossível. Nem haveria qualquer conhecimento a ser difundido para o público. Na melhor das hipóteses, o museu seria uma coleção de objetos – talvez registrados, conservados e restaurados – mas não mais do que isso. Uma fonte ou reserva de conhecimento, mas sem utilização. Isto é algo que não desejamos hoje, algo que de forma alguma corresponde à idéia moderna de museu (SOFKA,2009, p.80-81).

A partir dos dados obtidos, os resultados foram tabulados e organizados em gráficos, conforme apresentado adiante (Figura 2)

Figura 2 – Ações executadas ou não pelos museus virtuais brasileiros em atividade



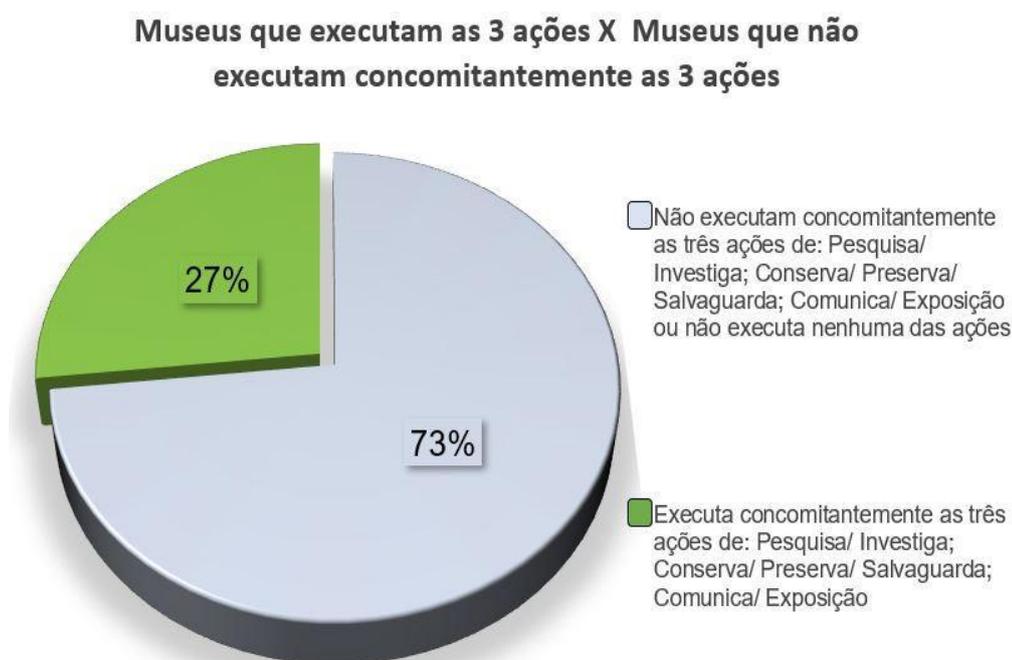
Fonte: a autora.

Como podemos inferir por intermédio da coleta de dados, apenas 18% dos museus virtuais estão a executar Comunicação/Exposição, 30% a executar a ação de Pesquisa/Investiga, 41% a ação de Conservação/Preservação/Salvaguarda e,

finalmente, 11% não executa nenhuma das ações. Esses dados nos levam a questionar se os museus virtuais não estarão sendo tão somente detentores de coleções virtuais, posto que, dos 30 museus virtuais brasileiros em atividade, somente 8 exercem as 3 ações concomitantemente – qualificando-se, portanto, como instituições museais segundo a definição do ICOM e a lei Nº 11.904.

Essas proporções são mais bem expressas no gráfico adiante (Figura 3):

Figura 3 – Museus que executam as 3 ações X Museus que não executam concomitantemente as 3 ações.



Fonte: a autora.

Vale ressaltar que também identificamos sete museus que possuem ação educativa e/ou cultural, e que apenas dois desses dispõem de materiais educativos para *download*, o que corrobora com a ideia de que instituições que não executam as três ações concomitantemente – que as qualificariam como museus –, são instituições que não funcionam corretamente para seu fim de:

[...] preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, p.1).

3.1 Museu Virtual x Processo Museológico

Ainda tratando dos dados coletados na pesquisa realizada, averiguamos que, dos 30 museus virtuais brasileiros em atividade, apenas um apresenta em seu *web* endereço o seu Plano Museológico, cuja elaboração e implementação é obrigatório pelo Estatuto de Museus, na seção III:

Do Plano Museológico

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – detalhamento dos Programas:

a) Institucional;

b) de Gestão de Pessoas;

c) de Acervos;

d) de Exposições;

e) Educativo e Cultural;

f) de Pesquisa;

g) Arquitetônico-urbanístico;

h) de Segurança;

i) de Financiamento e Fomento;

j) de Comunicação.

k) de acessibilidade a todas as pessoas. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

§ 1º Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades.

§ 3º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento.

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

(BRASIL, 2009).

Como sinalizado pelos dados, o estado da arte dos museus virtuais brasileiros em atividade aponta para instituições que são intermediárias entre processos museológicos e museus virtuais, considerando o processo museológico como um

[...] programa, projeto ou ação em desenvolvimento ou desenvolvida com fundamentos teórico e prático da Museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico;[...] (BRASIL, 2013).

Dessa forma, podemos compreender que 22 das 30 instituições intituladas museais estão a desempenhar um “programa, projeto ou ação em desenvolvimento ou desenvolvida com fundamentos teórico e prático da Museologia” (BRASIL, 2013, p.1). Por outro lado, elas não estão necessariamente a desempenhar as ações museológicas de “preservação, investigação/pesquisa e comunicação/exposição do patrimônio material e imaterial da humanidade”, previstas pela definição do ICOM (2019) ou pela Lei Nº 11.904 (BRASIL, 2009).

Reafirmamos, porém, que a proposta desta pesquisa não é propor soluções para esse cenário, tampouco determinar padrões de “certo” ou “errado”, mas sim buscar compreender como se tem dado a relação das técnicas do campo da Museologia, os processos museológicos e as ações que as instituições devem executar para serem ou não qualificadas como museais. Isso foi feito por intermédio da apresentação do estado da arte dos museus virtuais brasileiros.

Convém, finalmente, apontar que, na construção e análise do panorama do estado da arte dos museus virtuais brasileiros em atividade, um museu virtual destacou-se pela sua completude, o #MUSEUdeMEMES⁴¹. O museu, um projeto da Universidade Federal Fluminense, dispõe de uma equipe composta de docentes e discentes em caráter permanente ou honorário, pesquisadores da pós-graduação em Comunicação (PPGCOM-UFF), da graduação em Estudos de Mídia e também de outras áreas e instituições. Segundo a página do museu,

O #MUSEUdeMEMES é um projeto da Universidade Federal Fluminense que tem entre seus objetivos principais (1) a constituição de um acervo de referência para pesquisadores interessados na investigação sobre o universo dos memes, do humor e das práticas de construção de identidades e representações em comunidades virtuais; (2) a realização de eventos abertos ao público para debate sobre temas relacionados aos memes de internet; (3) o desenvolvimento de um projeto de experimentação em linguagem midiática voltado para a exploração de temas através de recursos lúdico-interativos e exposições multimidiáticas; (4) a orientação em projetos de pesquisa, iniciação científica e inovação tecnológica

⁴¹O #MUSEUdeMEMES. Disponível em: <<https://www.museudememes.com.br/>>.

atravessadas por suas linhas temáticas; (5) o compartilhamento de reflexões e dados, brutos e tratados, para aproveitamento ulterior em pesquisas na área; e (6) o reconhecimento e testagem de aplicações voltadas à gestão de acervos e coleções em ambiente online de fácil reaproveitamento por projetos congêneres. Em sentido estrito, o #MUSEUdeMEMES consiste em uma atividade que envolve pesquisa, ensino e divulgação científica, e tem como escopo a implementação de um espaço para discussão sobre a cultura dos memes e o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre o tema.

Como evidenciado pelos objetivos explicitados acima e a análise que fizemos no #MUSEUdeMEMES, averiguamos que ele tem o foco na pesquisa, ensino e divulgação científica, o que basicamente é a definição de museu do ICOM do ano de 2019 e a lei nº 11.904.

Figura 4 – #MUSEUdeMEMES



Fonte: #MUSEUdeMEMES

Trazemos o #MUSEUdeMEMES, por isso, como um exemplo de museu virtual que atende às definições de instituição museal insistentemente apresentadas neste trabalho e que, ademais, exerce suas atividades para além dos processos museológicos. O #MUSEUdeMEMES, além disso, é um museu universitário. Esses museus⁴² assim como os museus virtuais, atendem a demandas sociais existentes

⁴² “[...] o museu universitário pode ser um aparelho à (sic) serviço da divulgação científica, então, outros valores devem a ele ser relacionados. Como tema recorrente, também se diz sobre a sua

na atualidade. No caso dos universitários, eles seguem as diretrizes condutoras de cada universidade.

Diante dessas considerações, no próximo capítulo faremos uso da pesquisa realizada em *2 A relação entre museu, museologia, virtual, processo museológico e políticas públicas*. Usaremos, também, os dados coletados e analisados em *“3 Os usos da internet, os museus virtuais brasileiros e as políticas públicas: reflexões a partir de alguns dados”*. Dispondo desse aporte, faremos uso do Plano Museológico como plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia, bem como um instrumento de gestão para sugerir adequações e apontar recomendações para o Museu do Cerrado, a fim de que este atenda às definições de museu do ICOM do ano de 2019 e da lei Nº 11.904.

Desse modo, no próximo capítulo, faremos uso do Plano Museológico como plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia, bem como, um instrumento de gestão para sugerir adequações e apontar recomendações para o Museu do Cerrado⁴³.

função educacional, não lhe sendo peculiar, já é pertinente a todo o museu. Sob o assunto, considera-se as capacidades do museu universitário para educar o visitante e promover a produção do conhecimento. Na atualidade, além do guardar e ensinar, atribui-se outra função aos museus universitários, a de inovar. Não do mesmo modo como sempre foi, mas dentro de um conceito de inovação que vincula a produção do conhecimento acadêmico com um aproveitamento direto deste pela sociedade (MICHELON, 2014, p. 166).

⁴³ Museu Cerrado. Disponível em: <<https://museucerrado.com.br/>>.

4 ESTUDOS DE CASO: PENSANDO A GESTÃO PARA APLICAÇÕES SOCIAIS – MUSEU DO CERRADO

O Plano Museológico é o principal instrumento para a compreensão das funções dos museus. Por meio do planejamento institucional, é possível definir prioridades, indicar os caminhos serem tomados, acompanhar as ações e avaliar o cumprimento dos objetivos. É a partir dele que as ações administrativas, técnicas e políticas são sistematizadas tanto no âmbito interno, quanto na sua atuação externa. Assim, o Plano Museológico permite que a instituição utilize todo o seu potencial para realizar seu trabalho e alcançar seus objetivos da forma mais eficaz (IBRAM, 2016, p.1).

É importante iniciar este capítulo explicando que o Plano Museológico objetiva nortear a gestão de instituições museais. Para tanto, integra as relações entre os diversos setores de trabalho, tanto no aperfeiçoamento das instituições museais existentes, quanto na concepção de novos museus:

O entendimento da importância do Plano Museológico para o desenvolvimento da gestão dos museus levou à sua inclusão no texto do Estatuto de Museus. Na Lei nº 11.904/2009, o Plano Museológico é tratado em seção específica e pode ser considerado bem detalhado, em relação a outros aspectos técnicos igualmente presentes na legislação, no Decreto nº 8.124/2013, ficando claro aos museus a sua obrigação de elaboração e implementação (IBRAM, 2016, p.4).

Na conjuntura desta pesquisa, partimos do entendimento da obrigatoriedade da elaboração e implantação do Plano Museológico nas instituições museais, cuja função é a de nortear e intermediar as ações e setores da instituição a fim de viabilizar a execução das ações de preservação, pesquisa e comunicação no museu.

No trabalho, faremos uso desse instrumento de gestão e metodologia de análise para o Museu do Cerrado utilizando-o como plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia. Trabalharemos, também, para sugerir adequações e apontar recomendações, a fim de que esse museu atenda às definições do ICOM e da lei nº 11.904, frequentemente retomados ao longo de todo o trabalho.

A escolha do Museu do Cerrado se deu pelo fato de que a autora, como aluna PIBEX e participante do PEAC Museologia Virtual, auxiliou as atividades do museu junto aos estagiários das disciplinas Estágio Obrigatório 1 e 2, com supervisão da professora Monique Batista Magaldi.

4.1.1 Caracterização do Museu do Cerrado: histórico, descrição da instituição e atuação do museu.

Esta seção visa permitir a compreensão das principais características do Museu do Cerrado “quanto ao seu processo de formação, sua importância, estrutura, seu acervo e sua situação atual” (IBRAM, 2016, p. 40). Os dados da caracterização do Museu do Cerrado foram coletados a partir de conversas via *e-mail*⁴⁴ com a diretora do museu, Prof.^a Dr.^a Rosângela Azevedo Corrêa, que pertence ao quadro de professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Figura 5 – Página inicial do Museu do Cerrado



Fonte: Museu do Cerrado, 2020.

O Museu do Cerrado deve ser acessado por meio do endereço <https://museucerrado.com.br/>. A plataforma é compatível com todos os navegadores, assim como os sistemas operacionais Windows, Linux, IOS e Android, sendo o único pré-requisito o acesso à Internet.

⁴⁴ Os dados foram fornecidos em conversas realizadas, via e-mail, com a diretora do Museu, a professora doutora Rosângela Azevedo Corrêa, rosangelaantro@gmail.com, e-mail recebido em: 11 de fevereiro de 2020.

4.1.1.1 Histórico, descrição da instituição e atuação do museu.

Segundo a diretora do Museu do Cerrado da UnB,

O Museu do Cerrado é uma iniciativa da Área Educação Ambiental e Ecologia Humana na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília criado no dia 18 de junho de 2017 sob a coordenação da Profa Dra Rosângela Azevedo Corrêa.

A Área Educação Ambiental e Ecologia Humana tem como objetivo produzir conhecimentos e construir processos pedagógicos que viabilizem ações relativas às questões socioambientais e seus marcos legais/institucionais. Nessa perspectiva, atua na exploração das diversas dimensões articuladas à problemática socioambiental com vistas à construção de uma tomada de posição dos sujeitos que dela participam e de uma ação transformadora em relação a si mesmos, ao contexto em que estão inseridos e ao mundo em que vivem.

A área busca desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão, em nível de graduação e pós-graduação, participando ativamente dos debates curriculares, da formação de educadores e da formação pedagógica em espaços não formais e comunitários. As ações estão vinculadas às temáticas educação, gestão ambiental e ecologia humana, desenvolvimento sustentável, construção e formação de valores, o cerrado como eixo pedagógico, entre outros.

Só podemos ensinar sobre o Cerrado, se o conhecermos a fundo. Só poderemos conservá-lo, se o cuidarmos. Só cuidamos daquilo que amamos e é por amor ao Cerrado que criamos o Museu do Cerrado como forma de mostrar a sua infinita beleza e importância na vida de todos(as) os(as) brasileiros(as). O sonho é um museu que coubesse tudo que foi um dia o Cerrado.

Em 2018, o Museu do Cerrado se tornou um projeto de extensão onde podem participar estudantes de todos os cursos da UnB. Os selecionados devem comparecer semanalmente a reuniões com 2h de duração, onde a coordenadora os orienta nas atividades a ser realizadas dentro e fora do museu como é um momento de troca entre os participantes do projeto de extensão. A dedicação mínima é de 20 horas mensais, somando 4 (quatro) créditos de extensão por semestre. (CORRÊA, 2019, p. 1).

A partir das informações fornecidas pela professora doutora Rosângela⁴⁵ Azevedo Corrêa, por e-mail, podemos saber que o museu, criado em 2017, é, atualmente, um projeto aprovado no Decanato de extensão da UnB. A atuação dos participantes é voluntária e envolve estudantes de diferentes cursos da UnB, que atuam em uma instituição que tem uma proposta educacional voltada às questões socioambientais.

⁴⁵ CORRÊA, Rosângela Azevedo. **Informações sobre o Museu do Cerrado**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <joquebedeots@gmail.com> em: 11 de fevereiro de 2020.

4.2 O Plano Museológico como plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia.

[No plano museológico] Os programas correspondem a áreas de trabalho e funções do museu, definidas com o objetivo de facilitar a análise, construção de projetos e organização de atividades. Estes programas não precisam, necessariamente, ter uma correspondência plena na estrutura administrativa, isto é, uma mesma unidade administrativa do museu pode ser responsável por um ou mais programas. Para a elaboração dos programas, é importante considerar:

- a singularidade do museu;
- as diretrizes do órgão ou entidade ao qual o museu possa estar vinculado;
- e o seu papel no desenvolvimento da estratégia.

É por meio dos programas e seus projetos que a estratégia do museu ganha materialidade.

É adequado que o desenho dos programas contemple a totalidade das áreas de trabalho e funções do museu. Convém citar que os projetos podem se refletir em mais de um programa. Vale lembrar, ainda, da necessidade de comunicação entre os vários atores envolvidos na elaboração do plano, de modo a potencializar a integração entre os partícipes e o planejamento que está sendo desenvolvido (IBRAM, 2016, p. 45).

Com o objetivo de sugerir adequações e apontar recomendações a fim de que, conforme já dito, o Museu do Cerrado atenda às definições de museu do ICOM e da lei n.º 11.904, seguiremos os 11 programas indicados por este instrumento de gestão. Esses programas correspondem a cada área de trabalho de uma instituição museológica, a saber: programa institucional, de Gestão de Pessoas, de acervos, de exposições, educativo e cultural, de pesquisa, arquitetônico-urbanístico, de segurança, de financiamento e fomento e, finalmente, de comunicação e acessibilidade a todas as pessoas⁴⁶.

Os dados aqui apresentados a respeito do museu foram coletados em seu *web* endereço entre os dias 10 de agosto de 2019 e 10 de dezembro de 2019, assim como em entrevistas da com a diretora do museu, disponíveis na plataforma de vídeos YouTube, e em conversas durante o período que a autora trabalhou no museu, conforme explicado anteriormente.

⁴⁶ Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015.

4.1.2 Institucional

Definição e abrangência

O Programa Institucional, segundo a estrutura proposta no Decreto nº 8.124/2013, que regulamenta o Estatuto de Museus, abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes. Nesse programa são definidas os objetivos que traduzem o planejamento conceitual em ações que abrangem os demais programas e norteiam suas ações específicas (IBRAM, 2016, p. 46).

Neste programa faremos um apanhado de como a instituição Museu do Cerrado está e como ela pretende estar no futuro, de forma simples e objetiva, visando estabelecer uma base para o desenvolvimento dos programas seguintes.

4.1.2.1 Missão do Museu do Cerrado

Tomamos a missão como sendo o propósito de existência de uma instituição, instituição existir, conforme explica Antonio Cesar Amaru Maximiano:

É o negócio definido em termos de sua utilidade, que dá aos consumidores a motivação para trocar o dinheiro deles pelos produtos e serviços que você tem a oferecer. [...] Para definir a missão, ou proposição de valor, é preciso perguntar: para que serve nossa empresa? Qual a nossa utilidade para os clientes? Quais as necessidades estamos atendendo? Que benefícios temos a oferecer aos consumidores por meio de nossos produtos? Qual problema nossa empresa resolve para seus clientes? Que responsabilidades estamos cumprindo na sociedade? (MAXIMIANO, 2011, p. 64).

Considerando isso, tem-se que a missão do Museu do Cerrado⁴⁷, na atualidade, consiste em

Ser um centro de referência nacional sobre o Sistema Biogeográfico do Cerrado para divulgar e preservar os conhecimentos científicos e os saberes e os fazeres populares acerca da sociobiodiversidade do Cerrado, contribuindo para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com a cultura do cuidado e da sustentabilidade do Cerrado (CORRÊA, 2020).

Pela nossa perspectiva, cabe ressaltar, o Museu do Cerrado encaixa-se na tipologia de museu virtual, mas, também, de museu universitário, posto que está concebido no âmbito da Universidade de Brasília. Por isso, acreditamos que a

⁴⁷ CORRÊA, Rosângela Azevedo. **Informações sobre o Museu do Cerrado**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <joquebedeots@gmail.com> em: 11 de fevereiro de 2020.

missão do Museu do Cerrado deve estar em consonância com a missão da Universidade de Brasília, que consiste em

Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãs éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência (UNB, 1962 .p.1).

4.1.2.2 Valores

Os valores de uma instituição são o conjunto de qualidades que designam o modo como essa se comporta e interage com o meio ambiente, como destacam Eduardo Carvalho e Rita Maria dos Santos:

Comumente encontra-se dentro das organizações crenças e costumes que formam os valores, que na percepção de Oliveira (2009), representam o conjunto dos princípios e crenças e fundamentais de uma empresa, bem como fornecem sustentação para a tomada de decisão (SANTOS; CARVALHO, 2016. p. 27).

Considerando isso, os valores⁴⁸ do Museu do Cerrado, conforme relata sua diretora, são:

(a) Garantir qualidade nas atividades de preservação, pesquisa e difusão do acervo; (b) Garantir acolhimento de públicos diversos; (c) Promover a conservação de patrimônio cultural, material e imaterial; (d) Ter responsabilidade com o envolvimento humano para com a sustentabilidade socioambiental do Cerrado (CORRÊA, 2020, p.1).

Ressaltamos, no trecho, a ênfase dada à sustentabilidade socioambiental do Museu, o que inclui as culturas dos povos existentes na região do cerrado brasileiro, bem como o objetivo de trabalhar educação ambiental nos mais diversos setores da sociedade.

4.1.2.3 Momento Atual

Apesar de entendermos o Museu do Cerrado como um museu universitário virtual, sua diretora, a Prof.^a Dr.^a Rosângela Corrêa, não o caracteriza como tal, ainda que ele faça parte das suas atividades de extensão, vinculadas à Faculdade de Educação (FE) da UnB.

⁴⁸ CORRÊA, Rosângela Azevedo. **Informações sobre o Museu do Cerrado**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <joquebedeots@gmail.com> em: 11 de fevereiro de 2020.

Além da professora Rosângela, diretora geral, a equipe do museu é formada pelos estudantes inscritos no projeto de extensão em cada semestre. No 2º semestre de 2019, semestre que coletamos o dados referente ao Museu, foram recebidos sete estagiários do curso de Museologia. O Museu, além disso,

[...] possui parceria com a empresa VerdeNovo, a qual é uma empresa de consultoria voltada, principalmente, para a restauração ecológica de ambientes degradados e atividades de preservação do bioma Cerrado e desenvolve trabalho nos mais diversos âmbitos da área ambiental. Além da consultoria ambiental a empresa é pioneira, no DF, no mercado de sementes nativas. Outra parceria é com a Cooperativa Central do Cerrado que é uma organização de base comunitária, sediada em Brasília/DF, constituída e gerida por associações e cooperativas de agricultores familiares e comunidades tradicionais agroextrativistas de nove estados brasileiros dos biomas Cerrado e Caatinga (CORRÊA, 2016, p.1).⁴⁹

Atualmente, o Museu do Cerrado, hospedada o EcoMuseu do Cerrado Laís Aderne, que tem como propósito trazer uma nova abordagem da Museologia, com o desafio de trabalhar um conceito voltado à tríade território, patrimônio e comunidade. O EcoMuseu do Cerrado Laís Aderne é um museu vivo de pessoas que “mostram a sua cara” (CORRÊA, 2020, p.1) por meio de sua cultura e da natureza onde estão inseridas, que é o Cerrado. O museu, além disso, expande na medida em que mais pessoas participam com os seus projetos/ações, individuais, coletivas ou institucionais.

Dessa forma, no momento atual, nas próprias palavras da professora Rosângela Corrêa,

O Museu do Cerrado é um museu da paisagem que pretende ir além do conceito clássico de coleção que contrapõe-se ao de patrimônio, do edifício que contrapõe-se ao território e do público que contrapõe-se a comunidade. Objetivando que este “preserve a paisagem-patrimônio de uma forma fluída e não cristalizada em modelos impostos a partir do exterior da comunidade para que possamos estabelecer um diálogo com o território, com as comunidades que os produziram e que guardam, muitas vezes, o saber-fazer, a memória a elas associada. Como diz Favvrelle “a paisagem é dos “artefatos” mais poderosos para tornar o passado presente, particularmente por ser um organismo vivo, em constante evolução, dada a mutabilidade da matéria que o constitui, mas que acumula as marcas da passagem do tempo” (CORRÊA, 2020).

⁴⁹ CORRÊA, Rosângela Azevedo. **Informações sobre o Museu do Cerrado**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <joquebedeots@gmail.com> em: 11 de fevereiro de 2020.

4.1.2.4 Diagnóstico: Análise do ambiente externo e interno

A análise de fatores externos consiste no conhecimento e na busca de informações sobre as condições do ambiente em que o museu está inserido, procurando identificar oportunidades e ameaças. Oportunidades são situações externas à organização, atuais ou previsíveis no futuro, que podem influenciar positivamente o alcance dos objetivos. As ameaças são situações da mesma natureza que, se não forem evitadas ou minimizadas, podem prejudicar a organização. Essa análise se beneficia da identificação dos pontos fortes e fracos, pois as melhores oportunidades são as que permitem utilizar os pontos fortes (IBRAM, 2016, p.44).

Considerando isso, em prosseguimento à análise do Museu, utilizamos uma ferramenta metodológica recorrentemente aplicada nas avaliações dos cenários de instituições, a matriz SWOT⁵⁰. O intuito é que a matriz, sintetizada no Quadro 5, possa servir de base para as tomadas de decisões futuras:

Quadro 5 – Análise SWOT para o Museu do Cerrado

Pontos Fortes	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Aberto ao público 24 horas por dia e 7 dias por semana; • Acesso por meio da internet; • Universal (podendo ser acessado de qualquer lugar que disponha de internet); • É um museu original; • Embasamento científico; • Parceria com o curso de Museologia da Universidade de Brasília; • Parcerias com instituições externas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de trabalhar Educação Ambiental para além do meio digital; • Criação de Associação de Amigos; • Possibilidades de parcerias com instituições público e/ou privadas voltadas ou interessadas no fomento a Educação Ambiental e Sustentabilidade Socioambiental; • Possibilidade de cooperação técnica e científica entre setores, faculdades e institutos diversos da Universidade de Brasília.
Pontos de Atenção	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Rotatividade dos recursos humanos; • Recursos técnicos; • Qualificação deste como instituição museal, com base na LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009 e a definição de museu do ICOM do ano de 2019; • Acessibilidade; Pesquisa; Exposições; Acervo e Políticas de Acervo; Educativo e Cultural; Arquitetônico-urbanístico; Segurança; Comunicação; Institucional; Gestão de Pessoas; • Descontinuidade das parcerias externas; • Obsolescência das Tecnologia de Informação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos financeiros • Mudança de gestão e/ou direção; • Defasagem e/ou ausência de políticas públicas que regulamentam e dão diretrizes aos museus virtuais.

Fonte: A autora

A elaboração dessa matriz, além disso, deu-nos a oportunidade de prosseguir o trabalho com mais uma fonte de informação para as nossas recomendações, como será visto posteriormente.

⁵⁰ Do inglês, acrônimo para Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças).

4.1.2.4 *Objetivos Estratégicos*

Os Objetivos Estratégicos⁵¹ do museu, segundo a Prof.^a Dr.^a Rosângela Azevedo Corrêa, são:

(a) Resgatar a história das cidades e a eco-história do Cerrado, tendo como foco a educação ambiental e ecologia humana, incentivando a visão sistêmica sobre as inter-relações entre sociedade, cultura e natureza; (b) Contribuir para preservar, conservar e resgatar o sistema geográfico Cerrado e a sua identidade cultural em todos os estados e o Distrito Federal, com base no planejamento biorregional e por meio de ações planejadas cooperativamente, voltadas para a conservação do Cerrado e o uso sustentável dos recursos naturais; (c) Preparar os professores para assumirem os novos paradigmas da Educação que pressupõe a integração entre o Fazer, o Pensar e o Sentir para interagir com as comunidades locais; (d) Promover a preservação patrimonial – natural, material e imaterial – a partir de acervos bibliográficos, videográficos, fonográficos e monográficos; (e) Divulgar pesquisas sobre o Cerrado do ponto de vista histórico, social, cultural, ambiental, geográfico, biológico, arqueológico, geológico e espiritual. (f) Resgatar a memória pessoal, social e ambiental e a identidade das cidades através do diálogo de saberes e a manutenção e valorização de seus fazeres, saberes e tecnologias, atentos ao envolvimento, inclusão e interação das diversidades; (g) Partilha e troca de sementes, receitas, remédios e conhecimentos entre as cidades e as comunidades; (h) Verificar as vocações profissionais para formar recursos humanos e estimular a produção local para o eco-turismo, produção agroecológica e arranjos produtivos locais; (i) Sensibilizar as comunidades quanto ao ambiente em que moram e mostrar que o que produzem tem valor socioambiental para garantir a melhoria da qualidade de vida das populações locais.; (j) Gerar conhecimento transdisciplinar através de atividades e pesquisa nas áreas de cultura, educação, sociedade e natureza, tecnologias tradicionais e contemporâneas para criar multiplicadores para uma ecologia ambiental, humana, social e planetária; (k) Construir uma rede de especialistas de diferentes áreas do conhecimento; não somente doutores, mas também grandes mestres com outros níveis de conhecimento não acadêmico; (l) Ser um espaço interdisciplinar onde o ensino, a pesquisa e a extensão se realizam em um diálogo que envolve toda a comunidade acadêmica e diferentes segmentos da sociedade; (m) Contribuir para uma maior conscientização sobre o papel e a importância dos povos indígenas e comunidades tradicionais para a conservação, preservação e recuperação Cerrado; (n) Estabelecer parcerias com diversas instituições tais como fundações, OnG's nacionais e internacionais, universidades, institutos de pesquisa, governos federal, estaduais e municipais, ministérios e órgãos governamentais, museus, escolas, associações, etc que possam contribuir na ampliação do acervo do museu; (o) Desenvolver exposições físicas para divulgação sobre o acervo e as atividades do museu; (p) Democratizar as obras dos artistas que têm o Cerrado como inspiração, do campo e da cidade; (q) Pesquisar, documentar e comunicar as informações/conhecimentos sobre o Cerrado para tornar-se referência para pesquisadores e interessados neste sistema biogeográfico (CORRÊA, 2020, p.1).

Tais objetivos, como se nota, estão alicerçados na missão do museu e, ademais, vão ao encontro dos seus valores, que incluem “divulgar e preservar os

⁵¹ CORRÊA, Rosângela Azevedo. **Informações sobre o Museu do Cerrado**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <joquebedeots@gmail.com> em: 11 de fevereiro de 2020.

conhecimentos científicos e os saberes e os fazeres populares acerca da sociobiodiversidade do Cerrado” (CORRÊA, 2020).

4.1.3 Gestão de Pessoas

Definição e abrangência:

O Programa de Gestão de Pessoas objetiva definir a estruturação dos recursos humanos da instituição. Sua abrangência perpassa por ações de valorização, capacitação, bem-estar e relacionamento de todos os profissionais do museu, ou seja, servidores, funcionários, prestadores de serviço, voluntários, estagiários e demais colaboradores (IBRAM, 2016, p. 51).

Atualmente, o Museu do Cerrado organizacionalmente configura-se conforme o organograma reproduzido na figura 6:

Figura 6 – Organograma do Museu do Cerrado



Fonte: a autora

No momento, têm-se, portanto, a Prof.^a Dr.^a Rosângela Azevedo Corrêa como diretora geral, assim com a equipe formada por estudantes que podem ser tanto aqueles inscritos semestralmente no projeto de extensão, como, a partir do segundo semestre de 2019, estagiários do curso de Museologia da UnB⁵².

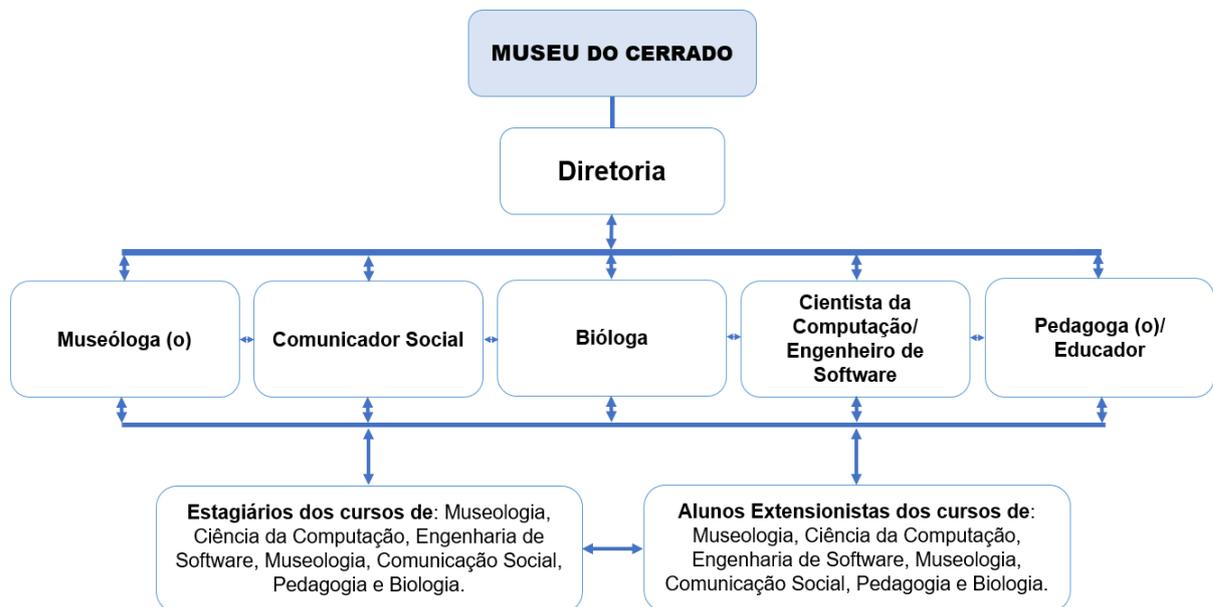
Com relação a colaborações externas, registram-se, no momento as parcerias com duas instituições: a empresa VerdeNovo e a Cooperativa Central do Cerrado. A

⁵² Relembramos, conforme mencionado, que a diretora do Museu do Cerrado não o classifica como um museu universitário, ainda que ele faça parte das suas atividades de extensão.

primeira trata-se de uma empresa de consultoria que desenvolve trabalho nos mais diversos âmbitos da área ambiental, mas que se volta, principalmente, à restauração ecológica de ambientes degradados e atividades de preservação do bioma cerrado. A Cooperativa Central do Cerrado, por sua vez, é uma organização de base comunitária, sediada em Brasília, constituída e gerida por associações e cooperativas de agricultores familiares e comunidades tradicionais agroextrativistas de nove estados brasileiros dos biomas Cerrado e Caatinga.

Sugerimos, diante dessas considerações, que o Museu do Cerrado reflita acerca de sua constituição organizacional. É evidente que existe dificuldade de captar e incorporar recursos humanos ao Museu, mas, considerando as demandas atuais e mais imediatas do museu, sugerimos nova conformação desse quadro, com ampliação da gama de setores e de profissionais, como demonstra o organograma reproduzido na figura 7:

Figura 7 – Sugestão de organização do Museu do Cerrado



Fonte: a autora.

4.1.4 Acervos

Definição e abrangência:

O Programa de Acervos consiste no estabelecimento de diretrizes, normas e políticas para o gerenciamento dos acervos musealizados, integrando esforços para ações como a aquisição, movimentação, conservação-restauração, bem como os procedimentos que envolvem a documentação museológica dos bens de natureza arquivística, bibliográfica e museológica incorporados ao museu. Por isso, o objetivo do programa é planejar as ações relativas ao processamento técnico, ao gerenciamento, à preservação e difusão desses acervos (IBRAM. 2016, p. 53).

Identificamos que o Museu do Cerrado ainda não possui acervo museológico próprio, posto que, no decorrer do segundo semestre de 2019, notamos um equívoco na noção do que seria um acervo museológico por parte da instituição.

Para essa constatação, partimos do entendimento de acervo museológico como uma coleção de objetos preservados e reunidos logicamente, de forma a atenderem uma cadeia de processos documentais, que conservam e comunicam uma história, calcados na pesquisa. Consideramos, ainda, que o acervo museológico compreende

[...] o conjunto de bens culturais, de caráter material ou imaterial, móvel ou imóvel, que integram o campo documental de objetos/documentos que corresponde ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação de um museu (CPMUS, 2003, p. 5).

O Museu do Cerrado, por outro lado, entendia como acervo museológico um conjunto de referências bibliográficas, vídeos e imagens sobre o tema do Cerrado ou assuntos correlatos, que eram disponibilizados como acervo próprio, sem a presença de qualquer tratamento museológico.

No decorrer do período em que atuamos no museu, desenvolvemos, em conjunto com a diretora, a compreensão do que seria, de fato, um acervo museológico. Na ocasião, onde foi explanamos sobre a necessidade de que o museu constitua acervo próprio e, para tanto, políticas de aquisição, constituição de inventário, gestão de catalogação de coleções, assim como controle arquivístico e bibliográfico. Tratamos, também, da disponibilização dos acervos aos públicos, como aponta o livro “Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos” do Ibram (2016).

Com relação às referências bibliográficas, imagens e vídeos pesquisados, agregados e disponibilizados no Museu, sugerimos a criação de uma base de referências em que esses materiais seriam disponibilizados como fonte de pesquisa.

Foi elaborada, também, uma ficha catalográfica que contemplasse informações pertinentes a esta tipologia de base específica. Esta base de referências, nomeada como “Acervo museu do cerrado”, foi desenvolvida na plataforma de criação de sites *Wordpress*, com o uso do *plugin Tainacan*⁵³, podendo ser acessada por meio do endereço eletrônico <http://www.acervocerrado.unb.br/>.

Essas informações, agora, são disponibilizadas ao público metodologicamente organizadas e documentadas. Resaltamos, porém, a importância de que esses itens sigam em constante revisão e atualização e que a base seja periodicamente alimentada com novos itens, para que não se torne defasada ao longo do tempo.

Cabe-nos salientar, além disso, que nos foram apresentadas, *a posteriori*, as fichas elaboradas por estudantes de Biologia em pesquisa de campo. Esses documentos, que versavam acerca de diversos animais presentes na fauna do cerrado, continham dados como: *denominação; classificação; data de aquisição; nome científico; nome(s) popular(s); histórico; ecologia; distribuição; medidas; conservação; referências; responsabilidade; local de registro imagético; situação*.

A princípio, indicamos que essas fichas de campo poderiam compor o acervo do próprio Museu – e que seriam, na realidade, o primeiro acervo de fato do Museu. Contudo, para tal processo ocorresse, demonstramos que seria necessário acrescentar alguns dados a estas fichas, dada a sua obrigatoriedade para a constituição de uma ficha catalográfica museológica, segundo a resolução normativa do Ibram nº 2, de 29 de agosto de 2014 (BRASIL, 2014). Porém, ao manifestarmos esta necessidade, foi-nos explicada a impossibilidade de agregação desses dados, visto que, na atualidade, não há recursos humanos para realizá-lo. Ainda assim, sugerimos que essas fichas, tal qual as bibliográficas, imagens e vídeos pesquisados, compusessem uma coleção específica na Base de Referências Cerrado, a fim de estarem disponíveis ao público.

Cabe-nos, ainda, reforçar que, assim como ocorre em outros museus virtuais brasileiros – como aferido em *3 Os usos da internet, os museus virtuais brasileiros e*

⁵³ “O **Tainacan** é uma ferramenta flexível e poderosa para *WordPress* que permite a gestão e a publicação de coleções digitais com a mesma facilidade de se publicar posts em blogs, mas mantendo todos os requisitos de uma plataforma profissional para repositórios”. Disponível em: <<https://tainacan.org/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

as políticas públicas: reflexões a partir de alguns dados –, a construção da concepção do que é acervo nos museus virtuais ainda é inexata.

Isso porque, para que objetos musealizados manifestados no meio eletrônico sejam qualificados como acervo, deve-se existir um conjunto de políticas voltadas ao acervo. Por outro lado, também pesa o fato de que os aspectos apresentados no livro “Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos” (IBRAM, 2016) sejam voltados majoritariamente para acervos físicos, o que tende a gerar divergências quando da aplicação dessas políticas no meio virtual, que se estenderiam à própria concepção do que seria acervo.

Postas essas considerações, bem como o que se examinou anteriormente na literatura, recomendamos que o Museu do Cerrado construa e aplique políticas de: *aquisição de acervo; constituição de inventário; gestão de catalogação de coleções; controle arquivístico e bibliográfico e disponibilização dos acervos para os públicos*, para que tenha reconhecidamente um acervo museológico – que, por sua vez, é parte integrante na concepção de instituição museal com a qual trabalhamos aqui.

4.1.5 Exposições

As exposições constituem um instrumento-chave para permitir o acesso público aos acervos de museus. Podem ser inovadoras, inspiradoras e conduzir o visitante à reflexão, proporcionando ótimos momentos de prazer e aprendizagem. No entanto, é necessário um cuidadoso planejamento, incluindo a questão dos custos envolvidos, para que a exposição seja um sucesso (FERNANDES, 2001, p. 19).

Com relação a exposições, o que se pode dizer sobre o Museu do Cerrado é que elas não acontecem no momento. Segundo aferido, elas não ocorrem porque o museu não possui acervo e, conseqüentemente, não pode fazer pesquisa a respeito dele.

Nesse cenário, propomos que o Museu pense em uma metodologia de concepção de exposições, inicialmente no ambiente virtual. Isso poderá partir, por exemplo, de editais, parcerias e/ou convite para outras instituições que dialoguem com sua missão. Para isso, o museu deveria determinar quais tipos de exposições gostaria de desenvolver a princípio (longa ou curta duração); fixar eixos temáticos de acordo com sua missão; refletir sobre se dispõe ou não de estrutura adequada para comportar as exposições; fomentar a participação de agentes sociais na concepção das exposições e, também, planejar e determinar como se dará a concepção

museográfica e expográfica, para que haja um padrão no discurso que seja coerente no decorrer das exposições.

Além disso, identificamos que o Museu do Cerrado possui treze eixos temáticos de destaque, que são dotados de potencialidade para serem trabalhados em futuras exposições. São os eixos: Ameaças; Agro-biodiversidade; Eco História; Ações; Povos; Arqueologia; Paleontologia; Sistema Biogeográfico; Arte; Fitoterapia; Gastronomia; Turismo; UnB e o Cerrado.

Cabe, finalmente, lembrar que, como o acervo, a elaboração de exposições é uma ação que está embrionária na instituição. Isso deverá ser trabalhado desde a sua concepção a execução em si, passando pelos processos já citados anteriormente, já que ainda não há experiências com essa ação.

4.1.6 Educativo e Cultural

Definição e abrangência

O museu é um espaço múltiplo, que permite uma troca constante de conhecimentos, experiências e vivências. Ao entrarmos em um museu, somos tomados por um universo de sensações e expressões que nos ensinam mais sobre o mundo em que vivemos. Educar: eis uma dimensão e um compromisso social dos museus!

A educação é um processo que ocorre em todos os espaços do museu. Basta atravessarmos a porta de entrada e já estamos diante de grandes possibilidades de troca, descoberta e aprendizagem. Tendo como referência o bem cultural e tudo o que envolve a sua construção e reconstrução, o processo educacional nos museus deve ocorrer de forma ampla e diversificada, abrangendo toda a pluralidade de públicos com os quais a instituição se relaciona (IBRAM, 2016, p. 67).

A educação e a cultura, desenvolvidas no âmbito de um museu virtual, são dotadas de uma potencialidade ímpar, já que, potencialmente, podem atingir toda a rede mundial de computadores.

Apesar disso, o Museu do Cerrado, atualmente, não executa ações de educação e cultura especificamente, apesar de possuir em seu *web* endereço a aba “educativo”. Essa aba, entretanto, dispõe apenas de um agregado de materiais de terceiros acerca da educação ambiental, que foram posteriormente alocados no “Referências Cerrado”. Ressaltamos que, o Museu do Cerrado tem como um dos seus objetivos principais, como frisa a diretora, a educação ambiental. Contudo, apontamos que o Museu por si só não deve ser apenas lido como um instrumento de educação ambiental, ele pode auxiliar e até ser a base da educação ambiental a ser passada, porém, ele não é o fim, mas sim um meio.

Desta forma, temos como proposição a reflexão do Museu acerca da concepção do educativo e do cultural, tendo sempre em pauta a missão no Museu como norte para estas ações. Deste modo, recomendamos que o Museu tenha como meta, no que diz respeito a esse programa: Primeiramente pensar quais públicos ele quer atingir com suas ações culturais e educativas, em seguida, pensar em programas fazendo uso de ferramentas e atividades adequadas para cada público e por fim, sempre realizar avaliações de efetividade de suas ações educativas e culturais, visando assim a efetividade e eficácia de suas ações.

4.1.7 Pesquisa

Definição e abrangência:

A dimensão da pesquisa é fundamental no cotidiano do museu, pois perpassa várias de suas atividades. Para preservar o acervo e disponibilizar informação para seus públicos, o museu necessita conhecê-lo em profundidade, o que exige uma atividade prévia de pesquisa sobre o acervo musealizado e sobre a temática própria do museu (IBRAM, 2016, p. 72).

Refletir a pesquisa quanto ao acervo de uma instituição museal é alçar o entendimento de que o museu é uma “fonte de conhecimento, de informações geradas pela equipe técnica e disponibilizada para seus públicos” (IBRAM, 2016, p. 72). Nessa perspectiva, inferimos que o Museu do Cerrado, ao não possuir acervo, não dispõe, conseqüentemente, de pesquisa. Dado isso, parte das proposições aqui feitas em termos de pesquisa referem-se a um cenário futuro em que o museu disponha de acervo.

Apesar dessa carência, já identificamos que o Museu faz um trabalho de pesquisa no que se refere a seu tema, o cerrado, como citado anteriormente. Esse trabalho abarca extensa pesquisa bibliográfica, videográfica e iconográfica, conforme já explicado, que culmina na divulgação do material encontrado no web endereço da instituição. Estas pesquisas, cabe apontar, foram alocadas no “Referencias Cerrado”.

Considerando esse cenário, recomendamos que o Museu desenvolva pesquisas para além da temática principal, que abarquem, por exemplo: história do museu, seu acervo, seus principais agentes, a sociedade na qual está inserido, os impactos pode causar, seu públicos, entre outros assuntos que permeiam sua missão. A pesquisa, portanto, deve ser pensada de forma coesa aos outros programas, já que ela permeia as mais diversas ações do museu.

4.1.8 Arquitetônico-urbanístico

De acordo com a Lei nº 11.904/2009 e o Decreto nº 8.124/2013, o Programa Arquitetônico-Urbanístico é aquele que abrange a conservação dos espaços internos e externos do museu, que deverão ser adequados ao cumprimento de suas funções, ao bem-estar de todos os partícipes, além de levar em conta os aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência.

Pensar esta seção do programa em relação aos museus virtuais é um ponto delicado, visto que na publicação “Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos” (IBRAM, 2016), utilizada como nossa referência, trata do tema apenas em relação aos espaços dos museus de “pedra e cal”. Na publicação, esse programa pensado por meio dos projetos de arquitetura e sistemas prediais, conservação dos espaços físicos, museografia, entre outros.

Por conta dessa lacuna, pensaremos este programa a partir dos estudos da Arquitetura da Informação. Partimos, portanto, da definição apresentada por Flávia Lacerda Oliveira de Macedo em sua dissertação apresentada ao então Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília:

Arquitetura da Informação é uma metodologia de desenho que se aplica a qualquer ambiente informacional, sendo este compreendido como um espaço localizado em um contexto; constituído por conteúdos em fluxo; que serve a uma comunidade de usuários. A finalidade da Arquitetura da Informação é, portanto, viabilizar o fluxo efetivo de informações por meio do desenho de ambientes informacionais (MACEDO, 2005, p.132).

A partir dessa definição, que explicita que a arquitetura da informação é uma metodologia que visa possibilitar, assegurar e sistematizar o fluxo das informações nos ambientes informacionais, aferimos que o Museu do Cerrado está no processo de construção do desenho desse ambiente informacional, que visa uma melhor organização, experiência, acessibilidade e apresentação das informações em múltiplos níveis.

Assim, indicamos que o Museu do Cerrado continue esse processo de aprimoramento de sua arquitetura da informação, tendo em vista assegurar a segurança, acessibilidade e a melhor experiência possível para o visitante do Museu. Ressaltamos, também, a importância de que a aplicação desse programa aos museus virtuais seja tratada nas instituições reguladoras.

Por outro lado, quando a diretora do Museu do Cerrado diz que o Museu é um Museu Virtual de Paisagem, remetemo-nos à proposta de Museu de

Território-Virtual, que nos faz pensar em várias outras questões que dizem respeito ao programa em questão. Esses desdobramentos, entretanto, não serão aqui tratados, uma vez que o museu tem sua estrutura de manifestação no meio virtual eletrônico.

4.1.9 Segurança

Definição e abrangência:

O Programa de Segurança deve ser executado a partir do conceito de gestão de riscos, ou seja, deve integrar esforços para minimizar riscos – eventos incertos que trazem impactos.

Abrange todos os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos internos e externos, incluindo, além de sistemas, equipamentos e instalações, a definição da rotina de segurança e as estratégias de emergência. Objetiva pensar nas principais medidas de mitigação para o acervo, público, prédio e funcionários da instituição (IBRAM, 2016, p. 82).

Este programa, ainda mais no caso específico dos museus virtuais, está intimamente ligado ao anterior – programa arquitetônico-urbanístico –, visto que a segurança não pode ser desvinculada da arquitetura da informação, que visa a organização, experiência, acessibilidade e apresentação das informações em múltiplos níveis. Dessa maneira, evidencia-se que o programa não está essencialmente ligado a uma estrutura física, mas sim, à segurança da informação no universo eletrônico.

Kelson Côrte, em sua tese “Segurança da informação baseada no valor da informação e nos pilares tecnologia, pessoas e processos”, apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, apresenta a seguinte definição de Segurança da Informação:

A NBR ISO/IEC 27.002:2005 define segurança da informação como a proteção da informação de vários tipos de ameaças para garantir a continuidade do negócio, minimizar o risco ao negócio, maximizar o retorno sobre os investimentos e as oportunidades de negócio e estabelece como objetivo da segurança da informação a preservação da confidencialidade, da integridade e da disponibilidade da informação (ASSOCIAÇÃO, NBR ISO/IEC 27.002, 2005).

Esses termos estão assim definidos na NBR ISO/IEC 27.001:2006 (ASSOCIAÇÃO, NBR ISO/IEC 27001, 2006):

- Confidencialidade: propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada a indivíduos, entidades ou processos não autorizados;
- Integridade: propriedade de salvaguarda da exatidão e completeza de ativos;
- Disponibilidade: propriedade de estar acessível e utilizável sob demanda por uma entidade autorizada (CÔRTE, 2014, p. 70).

Dessa definição, destacamos que a segurança da informação, no âmbito da disponibilização por meio da Internet, deve garantir a perenidade das informações, mitigando as ameaças e maximizando a garantia da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações contidas no museu virtual.

Então, ao refletirmos o Museu do Cerrado a respeito da Segurança da Informação, identificamos, da mesma forma que no programa anterior, que a instituição está passando por um aprimoramento na arquitetura da informação, a qual também engloba a segurança da informação. Aferimos, portanto, que o Museu do Cerrado está a buscar uma correta estruturação do seu programa segurança.

4.1.10 Financiamento e Fomento

Definição e abrangência

O Programa de Financiamento e Fomento abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos dentro do museu. O programa tem por objetivo identificar estratégias de captação de recursos para implementação das ações apontadas nos demais programas do Plano Museológico, recursos esses oriundos de diversas fontes, tais quais: orçamento próprio, patrocínio, convênio, parceria e leis de incentivo, entendendo-se o financiamento enquanto recurso captado, adquirido com as ações de fomento (IBRAM, 2016, p. 85).

O recurso financeiro é essencial para uma instituição manter suas ações e projetos, assim como garantir minimamente o seu funcionamento administrativo. O Museu do Cerrado, no atual momento, está em processo de estabelecer parcerias com instituições de fomento à Educação Ambiental e/ou à Sustentabilidade Socioambiental, a fim de levantar recursos financeiros para o museu e suas atividades.

Ao estudarmos alguns museus que não possuíam recursos financeiros continuados, ou que os possuíam de maneira escassa, observamos que a possibilidade de criação de uma associação de amigos. A associação de amigos, por ser uma entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, tem a possibilidade de captar recursos financeiros em diversas fontes e revertê-las em benesses para o museu. Isso, por outro lado, não poderia ser feito diretamente pelas instituições de direito público, como é o caso do Museu do Cerrado, que está sob a égide das diretrizes financeiras da UnB.

Considerando esse cenário, sugerimos a possibilidade fomento à criação de uma Associação de Amigos do Museu do Cerrado, que ajudaria, dentre outras possibilidades, a

1. Promover o desenvolvimento e o aprimoramento das atividades do museu;
2. Conservar e preservar a sede do museu, zelando por sua manutenção predial (pintura, banheiros, copa, instalações hidráulica, elétrica, etc.);
3. Estimular e intermediar exposições e, se necessário, adquirir equipamentos;
4. Incentivar as áreas de pesquisa, publicações, curadoria e auxiliar no atendimento ao público;
5. Contratar profissionais e/ou recrutar voluntários que executem as atividades da associação;
6. Criar condições que propiciem e motivem o interesse do público tais como:
 - 6.1 Promover a instalação de uma loja para a comercialização de artigos culturais, como postais, réplicas dos objetos expostos, livros informativos das exposições, pôsteres, gravuras, etc.;
 - 6.2 Divulgar as exposições por meio dos veículos de comunicação local;
 - 6.3 Enviar à Feambra material para divulgação em seus veículos de comunicação.
7. Conservar e preservar a área em torno do imóvel que abriga o museu e zelar pelo paisagismo, com autorização do órgão público competente, se necessária.
8. Proporcionar uma força de trabalho para ajudar na grande variedade de tarefas;
9. Arrecadar fundos diretamente (doações próprias ou de terceiros);
10. Obter fundos indiretamente, fornecendo uma base de contatos para arrecadação de recursos para o museu ou solicitando doações de serviços;
11. Dentre outras atividades que podem ser estudadas e definidas de acordo com as necessidades do Museu (FEAMBRA, 2014, p. 9-10).

Ainda com relação ao assunto, destacamos que, apesar de a associação de amigos ser uma instituição independente do museu, ambas devem trabalhar em acordo, tendo em vista o melhor para o museu e os seus públicos.

4.1.11 Comunicação

Definição e abrangência:

O Dicionário Aurélio registra várias acepções para o termo “comunicação”:

1. Informação, participação, aviso;
2. Transmissão;
3. Notícia;
4. Passagem;
5. Ligações;
6. Convivência;
7. Relações;
8. Comunhão (de bens);
9. Comunicação Social: Conjunto dos órgãos de difusão de notícias (imprensa, rádio, televisão);
10. Prática ou campo de estudo que se debruça sobre a informação, a sua transmissão, captação e impacto social.

O sentido que utilizaremos aqui é o da comunicação enquanto prática social que objetiva a produção e circulação da informação, fazendo uso de técnicas e meios específicos (IBRAM, 2016, p. 88).

Como explicita a definição apresentada, os museus devem fazer uso da comunicação como um prática social, utilizando-se das metodologias e técnicas dessa área a fim de apresentar a instituição e/ou divulgar sua existência. A

comunicação deve ser entendida como uma ação estratégica orientada para a interação do museu com seus mais diversos públicos e para a propagação de informações sobre temas de interesse da sociedade correlatos à missão e temática do museu.

O museu deve, portanto, colocar-se em seu tempo fazendo uso das redes sociais como ferramenta de interação e divulgação. Com relação a esse ponto, notamos que o Museu do Cerrado utiliza-se dessas ferramentas de comunicação para interagir com seus públicos e divulgar ações já realizadas ou que o serão.

Assim sendo, ao observarmos a forma de atuação do Museu Cerrado perante a área de comunicação, sugerimos que ele, para além de seguir trabalhando com as redes sociais, busque definir metodologias de ação oriundas das áreas de jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas, que dispõem de técnicas efetivas e eficazes para as ações de comunicação do museu.

4.1.12 Acessibilidade a todas as pessoas⁵⁴

O Decreto nº 8.124/2013, no parágrafo único do art. 23 (BRASIL, 2013), indica que os museus deverão explicitar em todos os seus programas ou em um programa específico as questões relativas à acessibilidade universal.

Assim como os programas arquitetônico-urbanístico e segurança, este programa deve diferenciar-se dos aplicados aos museus físicos. Nesse sentido, como evidencia a Cartilha de Acessibilidade na Web, do World Wide Web Consortium (W3C), a acessibilidade da navegação na *web* deve abranger pessoas com deficiências e, inclusive, aquelas com capacidades em processo de redução devido ao envelhecimento, conforme se lê:

Acessibilidade na web significa que pessoas com deficiência podem usar a web. Mais especificamente, a acessibilidade na web significa que pessoas com deficiência podem perceber, entender, navegar, interagir e contribuir para a web. E mais. Ela também beneficia outras pessoas, incluindo pessoas idosas com capacidades em mudança devido ao envelhecimento. Se for aplicada a definição geral de acessibilidade ao ambiente específico da web, pode-se dizer que se trata da possibilidade e da condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, em igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia, dos sítios e serviços disponíveis na web (W3C, 2013, p.1).

⁵⁴ Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015.

Nesse sentido, ao observamos o Museu do Cerrado, refletimos que ele precisa adequar-se a fim de atender às necessidades de pessoas com deficiências, necessidades especiais, dificuldades de leitura, visão, audição e/ou sensibilidade tátil. Deve, para tanto, fazer uso de ferramentas de leitura de tela, navegador textual, navegação com voz, teclado alternativo, ampliador de tela, sintetizador de voz, entre outras ferramentas. O uso dessas ferramentas, portanto, visa não apenas tornar o museu acessível, mas, também, inclusivo a todos os públicos.

Na perspectiva deste trabalho, a acessibilidade pode ser definida como o dever que os museus virtuais têm de serem, para além de acessíveis, inclusivos e participativos para todos os públicos, como expresso no Capítulo II do decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013:

g) arquitetônico-urbanístico - abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência;(…) (BRASIL, 2013).

Como expressado no decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 e na perspectiva deste trabalho, a acessibilidade pode ser definida como o dever que os museus virtuais têm de serem, para além de acessíveis, inclusivos e participativos para todos os públicos.

4.1.13 Sócio-ambiental

[...] abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental (BRASIL, 2013, p. 1).

O presente programa é o que mais está sendo desenvolvido no Museu do Cerrado, visto que a própria missão do museu aponta que ele é voltado para a educação ambiental. Como explicitado a seguir:

Ser um centro de referência nacional sobre o Sistema Biogeográfico do Cerrado para divulgar e preservar os conhecimentos científicos e os saberes e os fazeres populares acerca da sociobiodiversidade do Cerrado, contribuindo para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com a cultura do cuidado e da sustentabilidade do Cerrado (CORRÊA, 2020, p.1).

Considerando que o Museu já tem suas atividades voltadas para gestão ambiental e educação ambiental, apontamos que a instituição não possui material educativo próprio. Desse modo, indicamos que é essencial que o Museu desenvolva seu próprio material educativo, a fim de demonstrar a sua perspectiva e ótica acerca do assunto.

Isso também envolve, conforme também sugerimos, a produção de material de educação ambiental própria, como vídeos, *podcasts* e ações periódicas voltadas para o tema sócio-ambiental – contemplando, assim, a missão do museu.

A diversidade ambiental no Cerrado, para além, repercute na diversidade e pluralidade cultural cerradense. Desse modo, o Museu do Cerrado tem cumprindo um papel de agente social ativo na comunidade, pois ele, caracterizando-se como museu virtual de paisagem, tem facilitado o acesso a informações e conhecimentos tradicionais das comunidades ligadas ao Cerrado. Nesse sentido, o Museu tem conscientizado a sociedade a respeito da diversidade e pluralidade do Cerrado e, ademais, atendido a uma demanda contemporânea, que reivindica o incremento das tecnologias às instituições culturais com o intuito de facilitação do acesso à informação.

Como trabalhado nesta pesquisa, a utilização do Plano Museológico – enquanto metodologia de análise e plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia – não teve a intenção de apontar erros nem julgar quais intuições são museais ou não. Pelo contrário, o propósito foi o de chamar atenção para as especificidades implicadas pela construção de um Plano Museológico de um museu virtual, que não estão contempladas nas atuais diretrizes de construção de museus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debruçarmo-nos sobre o tema referente aos museus virtuais brasileiros e seu panorama na atualidade, notamos, pela perspectiva apresentada no decorrer da pesquisa, que refletir, ponderar e agir no âmbito dos museus virtuais no cenário brasileiro ainda é um movimento embrionário. Como já apresentado aqui, o panorama atual acerca dos museus virtuais brasileiros demonstra que ainda há lacunas nas definições de políticas públicas e conceituais no campo Museológico.

Posto o panorama atual dos museus virtuais brasileiros, relembramos que foi nosso objetivo analisar como as normativas e técnicas do campo da Museologia estão sendo aplicadas, enquanto metodologias de análise, aos museus virtuais. Foi também nosso objetivo analisar como o plano museológico pode ser aplicado, no âmbito dos museus virtuais, enquanto metodologia de análise, plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia. Essa análise, por sua vez, baseou-se em um estudo conceitual e na análise de dados coletados sobre os museus virtuais no Brasil.

Ao realizarmos um estudo conceitual dos temas *Museu, Museologia, Virtual, Processo Museológico e Políticas Públicas*, pudemos aferir que reconhecer uma instituição ou não como museal virtual não está ligado à sua materialidade ou existência no meio físico, mas sim à concepção da definição de museu e à execução ou não das ações e processos museológicos, como indicado no decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013.

Considerando isso, averiguamos se os 36 museus virtuais listados na plataforma Museusbr executavam ações e processos museológicos que tivessem como finalidade a conservação, pesquisa e comunicação. Isso, galgando expor um patrimônio da humanidade do seu meio e tempo e meio, com fins de educação, estudo e deleite.

Baseando-nos nesses conceitos estudados, averiguamos que, dos 36 museus virtuais analisados, 30 executam as ações de “Conservar/ Preservar/ Salvar”, 16 executam “Pesquisar/Investigar e apenas 10 executam a ação de “Comunicação/ Exposição”. De posse desses dados, pudemos apontar que instituições que não executam as três ações concomitantemente são instituições que

não funcionam para seu fim de forma coerente e completa, já que são essas três ações são parâmetros de qualificação das instituições enquanto museus.

A análise desses dados, em conjunto com o embasamento teórico, caracterizaram o estado da arte atual desses museus e nos apontaram a tenuidade da fronteira conceitual de um museu virtual e de um processo museológico: dos 30 autointitulados museus virtuais brasileiros em atividade, somente oito exercem as 3 ações concomitantemente, qualificando-se, assim, como uma instituição museal, segundo as definições do ICOM e da lei n.º 11.904.

Nesse cenário, grande parte dos museus virtuais brasileiros, mais especificamente, 77,77% das instituições brasileiras auto intitulados museus virtuais, podem ser caracterizados como processos museológicos, que galgam serem qualificados como museu segundo as especificações referidas ao longo do trabalho.

Isso nos faz ponderar: esses 77,77% autointitulados museus virtuais brasileiros não poderiam ser caracterizados como processos museológicos em curso de se caracterizarem como instituições museais?

Perante esses dados, o presente trabalho não se atém a propor soluções ou criticar os museus cadastrados na plataforma Museusbr. Pelo contrário, ele exalta e reconhece a relevância dos museus virtuais brasileiros, assim como o esforço empreendido por essas instituições para se manterem em funcionamento – sobretudo considerando a atual conjuntura política, cultural e social. Todavia, apontamos nesta pesquisa que se deve atentar para o uso da Internet como local de manifestação de uma instituição museal, posto que, tanto quanto os museus de “pedra e cal”, os museus virtuais devem procurar contemplar as especificações do ICOM e da referida lei.

Portanto, tomando como base o estudo conceitual realizado em “2 *A relação entre museu, museologia, virtual, processo museológico e políticas públicas*” e os dados coletados e analisados em “3 *Os usos da internet, os museus virtuais brasileiros e as políticas públicas*”, realizamos uma pesquisa-ação em parceria com o Museu do Cerrado. Ao empregarmos o Plano Museológico nesse museu enquanto metodologia de análise e plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia, notamos que ele necessita ser revisto e repensado, com o intuito de atender às especificidades dos museus virtuais na Internet.

Podemos, ainda, apontar os programas *Institucional; Gestão de Pessoas; Acervos; Exposições; Educativo e Cultural; Pesquisa; Financiamento e Fomento; Comunicação* como aqueles que podem ser aplicados de forma mais coesa e com poucas adaptações para as especificidades dos museus virtuais, posto que, da mesma maneira que os museus de “pedra e cal”, os museus virtuais seguem recomendações aplicáveis nos dois contextos.

Destacamos, por outro lado, que os programas *arquitetônico-urbanístico* e de *segurança e acessibilidade a todas as pessoas* são etapas do plano museológico que devem ser revisitados pelas instituições competentes. Isso porque ambos os programas apresentam certas deficiências ao serem aplicados aos museus virtuais, em razão de suas especificidades, como apontado no capítulo anterior. Essa deficiência pode, inclusive, causar interferências no processo de reconhecimento e qualificação dessas instituições enquanto museais.

Todas essas questões nos trazem um questionamento que foi detectado no decorrer da pesquisa: estarão as definições de processos museológicos e museus virtuais devidamente resolvidas no cenário brasileiro? Isso porque, em diversos casos estudados, verificamos que essas definições se entrelaçam, confundem e tornam-se difíceis de serem identificadas no âmbito das atividades dos museus.

Nessa perspectiva, resgatamos aqui o objetivo geral desta pesquisa, que consistiu em analisar como o plano museológico pode ser aplicado, no âmbito dos museus virtuais, enquanto metodologia de análise e plataforma de observação e guia de uso das metodologias e técnicas do campo da Museologia. Pudemos aferir, segundo nossa perspectiva, que essa ferramenta precisa ser aprimorada para atender às especificidades dos museus virtuais.

Para além disso, podemos apontar que esta pesquisa possibilitou-nos apurar que a maioria dos autointitulados museus virtuais brasileiros pode ser caracterizada como processo museológico e não como instituição museal. Isso porque não atendem às especificações do ICOM e da lei nº 11.904, mas executam ou são programas, projetos ou ações desenvolvidas com fundamentos teóricos e práticos da Museologia, visando gerar conhecimento e/ou desenvolvimento cultural e socioeconômico, ao refletir acerca do território, patrimônios cultural e memória social.

Fazer o uso da Internet como local de manifestação dos museus virtuais deve ser algo pensado, planejado e executado conforme o plano museológico, posto que

não se deve fazer o uso da Internet apenas pela “facilidade” de gerência, acessibilidade, armazenamento e interação. Seu uso, assim, deve ser algo planejado desde sua fase embrionária, perpassando por estudos de bases teóricas a reflexões sobre a efemeridade das tecnologias.

Considerando todas as questões expostas ao longo do trabalho, reafirmamos: não buscamos propor soluções ou apontar o certo ou errado, mas, sim expor o atual estado da arte dos auto intitulados museus virtuais brasileiros, a fim de chamar atenção para a necessidade de repensar praticas, bases conceituais e metodologias do campo Museológico voltadas a essa tipologia.

Além de tudo isso, cabe sinalizar, também buscamos, com este trabalho, instigar e fomentar mudanças e discussões teóricas e práticas no âmbito dos museus virtuais, com o fito de buscar seu aperfeiçoamento contínuo.

Finalmente, esperamos que os questionamentos aqui fomentados sejam o início de pesquisas futuras acerca dessa tipologia de museu, preenchendo, desse modo, as lacunas que há no campo museológico e museal brasileiro concernentes a essas instituições. Os museus, esperamos, deverão corresponder a seu tempo de forma coesa e efetiva, a fim de que prossigam seu papel enquanto agentes de transformação social, cultural e política, para além da esfera da Internet.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, J.SCHWEIBENZ, W. The Kress study collection virtual museum project, a new medium for old masters. **Art Documentation**, v. 17, n. 1, 1998, p. 19-27.

BAX, Marcello Peixoto; MOREIRA, Flávia Moraes. O papel da arquitetura da informação na produção de sentidos pela abordagem sense-making. **RACIn**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 6-25, jan./jun. 2016

BOERES, Sonia A. de Assis; ARELLANO, Miguel A. Márdero. **Políticas e estratégias de preservação de documentos digitais**. Salvador/Ba, 2005.
BRASIL. **Lei nº 7.287**, Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo, Brasília, 18 de dezembro de 1984. Disponível em:
<<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/legislacao/leis/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11904.htm>. acesso em: 01 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.124**, Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. 17 DE OUTUBRO DE 2013. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm>. Acesso em: 01 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução normativa nº 11**, Estabelece os procedimentos e critérios específicos relativos ao Registro de Museus junto ao IBRAM e demais órgãos públicos competentes. 14 DE DEZEMBRO DE 2016. Disponível em:
<http://www.lex.com.br/legis_27245204_RESOLUCAO_NORMATIVA_N_1_DE_14_DE_DEZEMBRO_DE_2016.aspx>.

BRASIL. **Resolução normativa nº 2**, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/ResolucaoNormativa2_INBCM.pdf>.

Resolução normativa n.11, de 14 de dezembro de 2016. 2016b. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=33&data=15/12/2016>>. Acessado em: 20 dez.2019.

BRUNO, M.C.O. A importância dos processos museológicos para a preservação do Patrimônio. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3: 333-337, 1999.

CONWAY, Paul. Preservação no universo digital. [tradução José Luiz Pedersoli Júnior; Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva]. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, Luciana Ferreira da. Museologia no Brasil, século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias. 2017. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência Especialidade Museologia) – Universidade de Évora, Évora, 2017.

CURY, Marília Xavier. Museologia, novas tendências. In: **Museu e museologias: Interfaces e Perspectivas**, Edition: Mast Colloquia 11, Publisher: MAST, Editors: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos, Maria Lucia de N. M. Loureiro, pp.25-41. [s.d.]

CURY, Marília Xavier. Museologia e conhecimento, conhecimento museológico- uma perspectiva dentre muitas. MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol.11I, nº5, maio/junho de 2014.

CARVALHO, Luciana Menezes de; RÚSSIO, Waldisa; SCHEINER, Tereza. Dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 4 n o 2 – 2011.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. ICOM, 2015. Página inicial. Disponível em: <<http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

COORDENAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO – CPMUS. Como Criar Museus- Orientações. Brasília, 2013

CÔRTE, Kelson. Segurança da informação baseada no valor da informação e nos pilares tecnologia, pessoas e processos. Tese (doutorado) – Universidade de

Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2014.

CURY, Marília Xavier. Museologia e conhecimento, conhecimento museológico- uma perspectiva dentre muitas. MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol.111, nº5, maio/junho de 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/15470/13768/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica em museu universitário: pesquisa e aplicação no Museu de Arqueologia e Etnologia-USP. Revista CPC, São Paulo, n.3, p. 69-90, nov. 2006/abr. 2007.

DECLARACIÓN DE CALGARY. In: MAIRESSE, François & MARANDA, Lynn & DAVIES, Ann (Diretores). Defining the museum. ICOM: International Committee for Museology – ICOM. Morlanwelz, Belgique, 2005

DESVALLÉES, André Desvallées; MAIRESSE, François (Ed.). Conceitos-chave de Museologia. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. Pinacoteca do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 101p.

FEDERAÇÃO DE AMIGOS DE MUSEUS DO BRASIL. Guia para criação e gestão de Associação de Museus. FEAMBRA. São Paulo, 2014.

GALVÃO, Cleyton Leandro. Os sentidos do termo virtual em Pierre Lévy.

LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 3 n. 1, p. 108-120, set. 2016 / fev. 2017.

HENRIQUES, R. (2004). Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa. Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

MACEDO, Flávia Lacerda Oliveira. Arquitetura da Informação: aspectos epistemológicos, científicos e práticos. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília . Brasília: CID/UnB, 2005.

MAGALDI, Monique Batista. Navegando no Museu Virtual: Um olhar sobre formas criativas de manifestação do fenômeno Museu. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST - RJ, 2010.

MAGALDI, M. B.; SCHEINER, T. C. **reflexões sobre o museu virtual**. In: encontro nacional de pesquisa em ciência da informação, 11., 2010, rio de janeiro. anais [...]. rio de janeiro: UNIRIO, 2010.

MAGALDI, Monique. O Campo disciplinar da Museologia: as diferentes definições de museus eletrônicos e a sua relação com o virtual. II Sebramus (2015): p. 499, 2015. Disponível em: <<http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/2Sebramus/2sebramus/paper/view/544>> . Acesso em: 9 mar. 2020.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração para empreendedores. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

MARTINS, Cesar Eugenio Macedo de Almeida; BARACHO, Renata Maria Abrantes Porto. Perfil do público-visitantes dos museus disponíveis no site Era Virtual. Ci. If. Rev., Maceió, v.6, n.1, p. 140-158. jan/abr.219.

IBICT. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/repositorios-digitais>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Museusbr, 2015. Página inicial. Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS- Ibram. Subsídios para elaboração de Planos Museológicos. Brasília, 2016.

IBRAM. Identificação de museus no Brasil: simplificar procedimentos, integrar compromissos, unificar informações(cartilha impressa). Brasília. 2019. 17.p. INTERNET DICIONÁRIO Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/internet/>

LÉVY, Pierre (1996). O Que é Virtual?. Rio: Editora 34. _____. (1993). As Tecnologias da Inteligência. Rio: Editora 34.

LÉVY, Pierre (1997). Cibercultura. 3ª ed., 2ª reimpr.. São Paulo: Editora 34, 2010.272p. (Coleção TRANS. Tradução de Carlos Irineu da Costa de Ciberculture, Éditions Odile Jacob, 1997.)

OLIVEIRA, J. C. O museu digital: uma metáfora do concreto ao digital. *Comunicação e Sociedade*, v. 12, p. 147-161, 2007. DOI: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.12\(2007\).1101](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.12(2007).1101). Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1101/1055>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ONOFREL, Carla Maria; PAULISTA, Fabiana Antônia; ABREU, Luzimira de; MONFARDINI, Patrícia. A Preservação e Conservação Digital sob o Ponto de Vista da IFLA/UNESCO. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v.5, n.1, mar. 2015.

PINTO, A. A. A patrimonialização da informação indígena no ciberespaço através dos museus virtuais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 3., 2011, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL, maio 2011.

HENRIQUES, Rosali Maria Nunes . Os Museus virtuais: conceitos e configurações. In: v. 56 n. 12 (2018): *Questões contemporâneas da Sociomuseologia*, Portugal, 2018. QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manuel de recherche en sciences sociales**. Paris: Dunod, 1995.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. PROCESSO MUSEOLÓGICO: critérios de exclusão. In: II Semana de Museus da Universidade de São Paulo. 1999. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2016/04/Processo-Museol%*c3*%*b3*gico-crit%*c3*%*a9*rios-de-exclus%*c3*%*a3*o.pdf](https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2016/04/Processo-Museol%c3%b3gico-crit%c3%a9rios-de-exclus%c3%a3o.pdf)>. Acessado em: 2 mar.2020.

CHEINER, Teresa Cristina. As bases ontológicas do museu e da museologia. In: VIEREGG, Hildegard (Ed.). *Museology and philosophy*. München: International Committee for Museology: Museums-Pädagogisches Zentrum, 1999. p. 126-173. (ICOFOM Study Series, 31).

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura .Processo Museológico: critérios de exclusão-Mesa Redonda, II Semana dos Museus da USP (Seminário), São Paulo, 1999.

SCHEINER, Teresa Cristina. Apolo e Dioniso no templo das musas. *Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, Rita de Cassia Maia. Digitalização e musealização: abrindo os caminhos para a criação de um museu digital comunitário. In: Anais do Primeiro Seminário

Brasileiro de Museologia. Belo Horizonte: Rede de Professores e Pesquisadores do Campo da Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 2014. p. 668 - 674. Disponível em: <https://anaissebramus.files.wordpress.com/2015/06/anais-completo.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

SOARES, Bruno C. Brulon. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO / Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2008.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Renascimento"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/renascimento.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n.3, p. 443-466, set./dez. 2005.

APÊNDICE A – Entrevista com a Prof.^a Rosângela Corrêa

PERGUNTAS Prof. Rosangela

Prezada professora Dra. Rosângela Corrêa ,
Boa tarde.

Sou a Joquebede de Oliveira Teles da Silva, estudante do Curso de Museologia da UnB, e entro em contato com a professora para solicitar uma breve entrevista sobre o Museu do Cerrado. O título provisório do meu TCC é: " MUSEOLOGIA VIRTUAL E CIBMUSEOLOGIA : ESTUDOS SOBRE A VIRTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MUSEU(um estudo de caso do pesquisa-ação do Museu do Cerrado da UnB)". As perguntas serão utilizadas como fonte em minha pesquisa, uma vez que necessitarei compreender mais sobre o conceito, missão, visão do museu, além de

Seguem as perguntas:

1 - Como o Museu do Cerrado surgiu?

R:O Museu do Cerrado é uma iniciativa da Área Educação Ambiental e Ecologia Humana na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília criado no dia 18 de junho de 2017 sob a coordenação da Profa Dra Rosângela Azevedo Corrêa.

A Área Educação Ambiental e Ecologia Humana tem como objetivo produzir conhecimentos e construir processos pedagógicos que viabilizem ações relativas às questões socioambientais e seus marcos legais/institucionais. Nessa perspectiva, atua na exploração das diversas dimensões articuladas à problemática socioambiental com vistas à construção de uma tomada de posição dos sujeitos que dela participam e de uma ação transformadora em relação a si mesmos, ao contexto em que estão inseridos e ao mundo em que vivem.

A área busca desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão, em nível de graduação e pós-graduação, participando ativamente dos debates curriculares, da formação de educadores e da formação pedagógica em espaços não formais e comunitários. As ações estão vinculadas às temáticas educação, gestão ambiental e

ecologia humana, desenvolvimento sustentável, construção e formação de valores, o cerrado como eixo pedagógico, entre outros.

Só podemos ensinar sobre o Cerrado, se o conhecermos a fundo. Só poderemos conservá-lo, se o cuidarmos. Só cuidamos daquilo que amamos e é por amor ao Cerrado que criamos o Museu do Cerrado como forma de mostrar a sua infinita beleza e importância na vida de todos(as) os(as) brasileiros(as). O sonho é um museu que coubesse tudo que foi um dia o Cerrado.

Em 2018 o Museu do Cerrado se tomou um projeto de extensão onde podem participar estudantes de todos os cursos da UnB. Os selecionados devem comparecer semanalmente a reuniões com 2h de duração, onde a coordenadora os orienta nas atividades a ser realizadas dentro e fora do museu como é um momento de troca entre os participantes do projeto de extensão. A dedicação mínima é de 20 horas mensais, somando 4 (quatro) créditos de extensão por semestre.

2- Quais são os objetivos futuros do Museu do Cerrado?

R:

- Resgatar a história das cidades e a eco-história do Cerrado, tendo como foco a educação ambiental e ecologia humana, incentivando a visão sistêmica sobre as inter-relações entre sociedade, cultura e natureza.
- Contribuir para preservar, conservar e resgatar o sistema geográfico Cerrado e a sua identidade cultural em todos os estados e o Distrito Federal, com base no planejamento biorregional e por meio de ações planejadas cooperativamente, voltadas para a conservação do Cerrado e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Preparar os professores para assumirem os novos paradigmas da Educação que pressupõe a integração entre o Fazer, o Pensar e o Sentir para interagir com as comunidades locais;
- Promover a preservação patrimonial – natural, material e imaterial – a partir de acervos bibliográficos, videográficos, fonográficos e monográficos;

- Divulgar pesquisas sobre o Cerrado do ponto de vista histórico, social, cultural, ambiental, geográfico, biológico, arqueológico, geológico e espiritual.
- Resgatar a memória pessoal, social e ambiental e a identidade das cidades através do diálogo de saberes e a manutenção e valorização de seus fazeres, saberes e tecnologias, atentos ao envolvimento, inclusão e interação das diversidades.
- Partilha e troca de sementes, receitas, remédios e conhecimentos entre as cidades e as comunidades.
- Verificar as vocações profissionais para formar recursos humanos e estimular a produção local para o eco-turismo, produção agroecológica e arranjos produtivos locais.
- Sensibilizar as comunidades quanto ao ambiente em que moram e mostrar que o que produzem tem valor socioambiental para garantir a melhoria da qualidade de vida das populações locais.
- Gerar conhecimento transdisciplinar através de atividades e pesquisa nas áreas de cultura, educação, sociedade e natureza, tecnologias tradicionais e contemporâneas para criar multiplicadores para uma ecologia ambiental, humana, social e planetária.
- Construir uma rede de especialistas de diferentes áreas do conhecimento; não somente doutores, mas também grandes mestres com outros níveis de conhecimento não acadêmico;
- ser um espaço interdisciplinar onde o ensino, a pesquisa e a extensão se realizam em um diálogo que envolve toda a comunidade acadêmica e diferentes segmentos da sociedade.
- contribuir para uma maior conscientização sobre o papel e a importância dos povos indígenas e comunidades tradicionais para a conservação, preservação e recuperação Cerrado;
- Estabelecer parcerias com diversas instituições tais como fundações, OnG's nacionais e internacionais, universidades, institutos de pesquisa, governos federal, estaduais e municipais, ministérios e órgãos governamentais, museus, escolas, associações, etc que possam contribuir na ampliação do acervo do museu;

- Desenvolver exposições físicas para divulgação sobre o acervo e as atividades do museu;
- Democratizar as obras dos artistas que têm o Cerrado como inspiração, do campo e da cidade;
- pesquisar, documentar e comunicar as informações/conhecimentos sobre o Cerrado para tornar-se referência para pesquisadores e interessados neste sistema biogeográfico.

3 - Quais são os valores do Museu do Cerrado?

R:

- Garantir qualidade nas atividades de preservação, pesquisa e difusão do acervo.
- Garantir acolhimento de públicos diversos.
- Promover a conservação de patrimônio cultural, material e imaterial.
- Ter responsabilidade com o envolvimento humano para com a sustentabilidade socioambiental do Cerrado.

4 - O que a senhora entende como museu virtual?

R: A Internet trouxe para a museologia uma nova perspectiva. Não só porque permitiu potencializar o acesso aos museus de forma mais ampla, mas também por dar oportunidade aos museus de saírem de seus muros. As ações museológicas dos museus, exercidas através da Internet podem ter um alcance muito maior do que aquelas que são exercidas em seu espaço físico, pois elas podem abranger um público muito maior. Os museus que sabem tirar proveito de todas as possibilidades que a Internet oferece, criando seus próprios museus virtuais, conseguem ir além de suas fronteiras. Além disso, a possibilidade de uma interação maior com o público é a grande vantagem da criação de museus virtuais, sejam eles representações virtuais de museus já existentes ou criados especialmente para divulgação de temas/questões como no nosso caso. O museu virtual muda o objeto de estudo e trabalho, ou seja, de acervos documentais contidos em museus tradicionais para a informação e conexão virtual.

Dado a impossibilidade de se colocar a paisagem num edifício, para ser exposta e visitada como num museu tradicional, considero que o virtual nos abre mais espaço para mostrar as diversas caras do Cerrado com a participação das pessoas e as comunidades, então, vamos além do ciberespaço porque não está restrito a internet. O patrimônio não é só aquilo que está disponível no virtual mas nas ações cotidianas das pessoas, dos animais, das plantas, do movimento dos rios, dos desastres ambientais, nas inovações científicas como a cura de determinada doença através das plantas medicinais do Cerrado, do desenho da criança na escola, do discurso de um líder indígena ou quilombola, das histórias de vida das comunidades tradicionais, da escuta sensível sobre o que uma raizeira ou benzedeira tem a nos ensinar. O museu se manifesta fora da internet através de atividades culturais e educativas como foi o projeto "UnB perto de você" no ano passado em que estivemos no Parque da Cidade e no ginásio em Planaltina ou através de objetos de outras coleções como foi a nossa participação na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em que tivemos animais embalsamados do Instituto de Biologia da UnB e sementes e frutos da Embrapa.

5 - Para quais públicos é destinado o Museu do Cerrado?

R: Qualquer pessoa em qualquer lugar do Brasil e do mundo poderá acessar ao Museu a qualquer dia do ano desde que tenha acesso a internet. Queremos comunicar a um público mais amplo e facilitar o maior envolvimento dos cidadãos nos debates e discussões que envolvem o Cerrado. Queremos aproveitar o espaço virtual para alcançar mais pessoas e gerar mais impacto na sociedade brasileira na defesa, conservação, preservação, recuperação e proteção do Cerrado.

As informações científicas produzidas nas universidades brasileiras são técnicas e de difícil compreensão para os leigos, com isso, procuramos oferecer no Museu do Cerrado um leque de informações gerais para a elaboração de um projeto de educação ambiental que envolva todos os atores da escola numa ação transversal e que faça parte do Projeto Político Pedagógico e não seja uma ação pontual no Dia da Árvore ou no Dia Mundial do Meio Ambiente. Com isso, pretendemos contribuir na form-Ação dos participantes de uma comunidade, quer seja professores, mães e

pais das família locais, estudantes, lideranças locais, etc, para elevar o conhecimento sobre o Cerrado e valorizar sua sociobiodiversidade e reverter a médio e curto prazo os efeitos de devastação que podem ser detectados no presente a nível local, enquanto ainda podemos fazer alguma coisa pela nossa casa: o Cerrado.

6 - Como a perenidade do Museu do Cerrado está sendo garantida?

R: Não entendi esta pergunta.

7 - Como se dá a estrutura organizacional e administrativa do Museu do Cerrado enquanto museu universitário?

R: O Museu do Cerrado não é um museu universitário, mesmo quando ele faz parte das minhas atividades de extensão. Eu sou a diretora geral e a equipe é formada pelos estudantes inscritos no projeto de extensão em cada semestre. No semestre passado recebemos 7 estagiários do curso de Museologia. Temos parceria com a empresa VerdeNovo que é uma empresa de consultoria voltada, principalmente, para a restauração ecológica de ambientes degradados e atividades de preservação do bioma Cerrado e desenvolve trabalho nos mais diversos âmbitos da área ambiental. Além da consultoria ambiental a empresa é pioneira, no DF, no mercado de sementes nativas. Outra parceria é com a Cooperativa Central do Cerrado que é uma organização de base comunitária, sediada em Brasília/DF, constituída e gerida por associações e cooperativas de agricultores familiares e comunidades tradicionais agroextrativistas de nove estados brasileiros dos biomas Cerrado e Caatinga.

Dentro do Museu do Cerrado está hospedado o EcoMuseu do Cerrado Lais Aderne. A palavra Museu para muitos ainda tem o estigma de coisa parada, velha e obsoleta. A ideia de um Museu aberto, construído em rede e que permitisse, da forma mais ampla possível, juntar pessoas e instituições que estão fazendo coisas importantes para a conservação, preservação, restauração e cuidado no Cerrado nos levou a constituição do EcoMuseu do Cerrado Lais Aderne. O EcoMuseu do Cerrado Lais Aderne é uma nova abordagem da museologia, é um desafio

conceitual voltado para a tríade território, patrimônio e comunidade. É um museu vivo de pessoas que mostram a sua cara através da sua cultura e a natureza aonde estão inseridas que é o Cerrado. O museu expande na medida em que mais pessoas participam com os seus projetos/ações, individuais, coletivas ou institucionais. Cada indivíduo, coletivo ou instituição tem uma galeria para mostrar a sua cara e quem quiser visitá-los poderá entrar em contato diretamente para conhecer in loco, assim o EcoMuseu estará em cada lugar em que as pessoas estiverem desenvolvendo ações em favor e/ou no Cerrado. O que nos une é o nosso amor ao Cerrado.

8 - O que seria o Museu virtual de paisagem?

R: O termo patrimônio começou a ser utilizado para objetos e associado aos museus aonde esses objetos seriam expostos; hoje, o conceito ampliou-se a uma série de locais com o sentimento de conservar o passado para construir o presente, então, o museu passa a ser o próprio território porque ele faz parte da realidade local e pode ser visitado a qualquer momento por todas as pessoas. O patrimônio é uma construção cultural e social, uma vez que "mais que passado, o patrimônio é a utilização do passado no presente de acordo com as necessidades de cada momento" (Fauvrelle 2015:161); sendo assim, o museu não pode fechar as portas ao que está lá fora, à sua comunidade, logo à sua paisagem.

O Museu do Cerrado é um museu da paisagem que pretende ir além do conceito clássico de coleção que contrapõe-se ao de patrimônio, do edifício que contrapõe-se ao território e do público que contrapõe-se a comunidade. Queremos que este museu permita preservar a paisagem-patrimônio de uma forma fluida e não cristalizada em modelos impostos a partir do exterior da comunidade para que possamos estabelecer um diálogo com o território, com as comunidades que os produziram e que guardam, muitas vezes, o saber-fazer, a memória a elas associada. Como diz Fauvrelle "a paisagem é dos "artefatos" mais poderosos para tornar o passado presente, particularmente por ser um organismo vivo, em

constante evolução, dada a mutabilidade da matéria que o constitui, mas que acumula as marcas da passagem do tempo”.

A atual Constituição Federal reconhece a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira enquanto patrimônio nacional, somente o Cerrado, a Caatinga e os pampas estão de fora, por omissão do governo. Lutar para que o Cerrado se torne patrimônio nacional desde 1988 tem sido uma constância, tanto para as comunidades tradicionais como diversos grupos urbanos, entre eles, a UnB.

Para compreender o Cerrado como paisagem é preciso olhá-lo geograficamente e ver sua ligação com a Amazônia, a Mata Atlântica, a Caatinga e o Pantanal mas do ponto de vista hídrico, o Cerrado é o local que dá origem as grandes bacias hidrográficas brasileiras e do continente sul-americano; é em seu espaço territorial onde se encontram as nascentes das três maiores bacias hidrográficas do continente: Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata. As águas do Cerrado abastecem cerca de 40% da população brasileira e parte da população da Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai; as águas não são importantes apenas para a manutenção do próprio Cerrado, mas também para todas essas regiões. Trata-se da única savana do planeta dotada de rios perenes. É no Cerrado onde estão localizados três dos principais aquíferos do país: Bambuí, Urucuia e Guarani. Por isso o Cerrado é conhecido como “pai das águas do Brasil” ou o “berço das águas”.

É bom deixar claro que o Cerrado é muito mais que savanas, com árvores tortas, como as pessoas normalmente enxergam. Existe uma série de florestas secas no bioma, que possui uma vegetação que não fica na área do rio e sim entre os rios. Depois disso, tem o outro extremo, que são os campos, áreas com solo raso ou as várzeas que acontecem na forma de vegetação campestre. Então, a paisagem do Cerrado tem floresta, savana e os campos. Como também tem cheiros, sons, sabores, saberes, fazeres, crenças, tradições, hábitos, modos de vida, visões e valores. Na carta de Cracóvia (2000) se define patrimônio como o “conjunto de obras do homem nas quais uma comunidade reconhece seus valores

específicos e com os quais se identifica. A identificação e especificação do patrimônio é, assim, um processo relacionado com a seleção de valores”.

A diversidade ambiental no Cerrado repercute numa diversidade cultural. Várias comunidades têm sua identidade específica ligada ao Cerrado como as comunidades ribeirinhas da região da Bahia, as comunidades Fundo de Pasto e Quilombolas dessa região, os Vazanteiros que estão às margens do São Francisco na região do norte de Minas assim como os diversos povos indígenas, quilombolas, os geraizeiros, as quebradeiras de coco babaçu, dentre outros, assentados de reforma agrária e outras populações camponesas.

Cada comunidade tradicional tem sua peculiaridade cultural e ambiental, por exemplo, os geraizeiros. A paisagem que compõe este território está vinculada àquela formação a que se denominam os gerais. Do ponto de vista topográfico, pode ser entendido como sendo os planaltos, em contraposição às encostas e os vales das regiões em que predomina o bioma cerrado e seus contatos ecossistêmicos com outros biomas brasileiros, com suas imensidões que dominam as paisagens deste bioma. Moisés de Oliveira afirma que “Para nós geraizeiros é um dos ambientes que compõe o cerrado onde era feito uso comum, desenvolvendo práticas específicas tais como: a solta do gado, principalmente no período das águas, a coleta de madeira, lenha, frutos nativos, plantas medicinais e caça, para complementar a prática da agricultura nos brejos, vales e veredas, situados nos vales e encostas, que são outros ambientes do bioma. Assim, o que a topografia separa o Geraizeiro integra na sua reprodução material e simbólica. Os gerais e as veredas se comunicam e interagem para garantir a vida das comunidades geraizeiras”. Finalmente Moisés define que “ser geraizeiro é conhecer os mistérios do Cerrado, é saber se relacionar bem com o outro e com a natureza, é ter uma produção diversa, é viver em comunidade, cantar reisados e ser solidário com os irmãos de comunidades”... “Comunidades Tradicionais Geraizeiras, podem ser consideradas comunidades que desenvolveram, ao longo de muitas gerações, maneiras próprias de ocupação e manejo do Cerrado, incluídos os seus diferentes ecossistemas, transformando-o assim nos Gerais - uma paisagem que resultou da

co-evolução dessas comunidades e do Cerrado no Norte de Minas Gerais" (2017:24). A paisagem neste caso é entendida como um valor que pertence a quem a habita.

Com o incremento da tecnologia, urbanização e o avanço do capital, comunidades inteiras são desestruturadas e desabrigadas, criando o fenômeno da desterritorialização, ao mesmo tempo, vemos a resistência e a resiliência de muitas comunidades na defesa do Cerrado como forma de sua própria defesa. Concordamos com Favrelle (2016) que "é fundamental o reconhecimento e autorreconhecimento do papel das comunidades como construtoras de paisagem, uma vez que são as suas práticas paisagísticas que a construíram e constroem. Ao elevar a paisagem ao estatuto de patrimônio importa não perder de vista que a sua sustentabilidade passa pela manutenção de um papel ativo na vida das comunidades que a habitam"... "Inúmeras coleções que se guardam no interior dos museus só adquirem plena leitura quando postas em diálogo com o território, com as comunidades que os produziram e que guardam, muitas vezes, o saber-fazer, a memória a elas associada". Existe um Cerrado Profundo (parafraseando ao antropólogo mexicano Guillermo Bonfil) que precisa ser reconhecido e valorizado na e pela sociedade brasileira.

Para os visitantes do Museu do Cerrado esperamos provocar o desejo de visitar, penetrar, descobrir o Cerrado para que possam ter suas próprias experiências, sensações, pensamentos, leituras e interpretações de paisagem. É fundamental conhecermos melhor a paisagem, para sabermos cuidar dela. Que sejamos exploradores conscientes do lugar a que pertencemos.

Como bem resume Maria Manuel Pedrosa (2019), "a paisagem é uma memória emocionada do espaço", ou seja, a ideia de memória emocionada se transforma na seguinte fórmula científica:

$$\text{Paisagem} = \frac{\text{sentir} + \text{memória}}{\text{espaço} + \text{tempo}}$$

9 - Qual a missão do Museu do Cerrado?

R: Ser um centro de referência nacional sobre o Sistema Biogeográfico do Cerrado para divulgar e preservar os conhecimentos científicos e os saberes e os fazeres populares acerca da sociobiodiversidade do Cerrado, contribuindo para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com a cultura do cuidado e da sustentabilidade do Cerrado.

10- Há políticas de financiamento ou projetos que contribuem financeiramente?

R: No momento estamos estabelecendo parcerias para conseguirmos financiamento para o museu e na expectativa de participar de editais.

Agradeço pela atenção e fico à disposição.

Cordialmente,

Joquebede Teles.